



**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2024**  
**SOLICITAÇÃO DE COMPRA Nº 011/2024**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 011/2024**

O Município de Nova Aurora, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 76.208.859/0001-52, com sede à Rua São João nº 354, Centro, em Nova Aurora, Estado do Paraná, torna público, que realizará licitação na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, processada às disposições contidas nos seguintes instrumentos e suas alterações: Lei Federal 14.133/2021, Lei Complementar 123/2006 e Lei Complementar 147/2014, Lei Municipal 2.189/2023, Decretos Municipais 99/2023, 110/2023, 505/2023, 81/2024 e 90/2024, além de demais legislações aplicáveis e condições estabelecidas pelo presente Edital e seus Anexos.

Objeto				
Seleção de propostas visando o registro de preços para futuras e eventuais aquisições dos gêneros alimentícios, para manutenção da merenda escolar das Escolas e CMEIS Municipais, pelo período estimado de 12 (doze) meses.				
Valor total estimado				
R\$ 1.628.173,80 (um milhão, seiscentos e vinte e oito mil, cento e setenta e três reais e oitenta centavos).				
Modo de disputa	Registro de Preços	Crit. de julgamento	Vistoria?	Garantia de Exec.
Aberto	Sim	Menor preço por item	Não	Não
Licit. exclusiva p/ ME/EPP?	Cota reservada p/ ME/EPP?	Exige apresentação de amostra?	Serviço c/ dedicação de mão de obra exclusiva?	
Não	Sim	Sim	Não	

DATAS E HORÁRIOS IMPORTANTES (HORÁRIO DE BRASÍLIA-DF)	
Recebimento de propostas	Abertura da licitação (fase competitiva)
Até as 08h do dia <b>15/04/2024</b>	A partir das 08h15min do dia <b>15/04/2024</b>

Sistema eletrônico utilizado:	Edital e informações disponíveis em:
O pregão será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança, criptografia e autenticação, em todas as suas fases, através do sistema: BLL Compras, <a href="https://bllcompras.com/">https://bllcompras.com/</a> , sendo que a observância das datas e horários limites é de total responsabilidade dos interessados.	<a href="http://www.novaaurora.pr.gov.br">www.novaaurora.pr.gov.br</a> e <a href="https://bllcompras.com/">https://bllcompras.com/</a>



## **1. DO OBJETO, VALOR MÁXIMO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

- 1.1.** Seleção de propostas visando o registro de preços para futuras e eventuais aquisições dos gêneros alimentícios, para manutenção da merenda escolar das Escolas e CMEIS Municipais, pelo período estimado de 12 (doze) meses.
- 1.2.** Havendo divergências entre as especificações dos itens constantes no **BLL Compras** e neste **Edital**, prevalecerão as **últimas**, ou seja, as do **Termo de Referência do Edital**.
- 1.3.** O valor máximo para esta licitação é **R\$ 1.628.173,80** (um milhão, seiscentos e vinte e oito mil, cento e setenta e três reais e oitenta centavos).
- 1.4.** As despesas provenientes deste processo correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão	Unidade	Funcional	Natureza da despesa	Código da despesa	Fonte
06	009	12.306.0010.2.271	3.3.90.32.00.00.00.00	395	000
06	009	12.306.0010.2.272	3.3.90.32.00.00.00.00	396	000
06	009	12.306.0010.2.273	3.3.90.32.00.00.00.00	397	000
06	009	12.306.0010.2.274	3.3.90.32.00.00.00.00	398	000

## **2. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS**

- 2.1.** Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar o edital de licitação ou para solicitar esclarecimentos sobre seus termos, no prazo de até 3 (três) dias úteis, anteriores à data da abertura da sessão pública do pregão, sendo que o pedido de esclarecimento/impugnação deverá ser encaminhado ao e-mail: [licitacao@novaaurora.pr.gov.br](mailto:licitacao@novaaurora.pr.gov.br) ou protocolado no Setor de Protocolo da Prefeitura, situado no endereço disposto no preâmbulo deste edital.
- 2.2.** Para pessoa jurídica, visando a legitimidade da **impugnação**, esta deve estar acompanhada de documento que confira os devidos poderes ao representante legal da empresa (Procuração, Contrato Social, Ato Constitutivo, Estatuto ou outro documento congênere).
- 2.3.** A resposta ao pedido de esclarecimento ou à impugnação será divulgada no sistema eletrônico e também no Portal de Licitações do site oficial da prefeitura, em até 03 (três) dias úteis contados da data de recebimento do pedido, prazo este limitado ao último dia útil que antecede a abertura do certame.
- 2.4.** Os pedidos de esclarecimento/impugnações não suspendem os prazos previstos no certame.
- 2.5.** Acolhida a impugnação, o edital será devidamente alterado e será designada nova data para a realização do certame (exceto quando a alteração não afetar a formulação das propostas).
- 2.6.** Os casos excepcionais de concessão de efeito suspensivo serão motivados pelo pregoeiro, nos autos do processo da licitação.

## **3. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

- 3.1.** Na fase de disputa, o critério de aceitabilidade dos preços ofertados é o **MENOR PREÇO POR ITEM**, tendo como referência o valor máximo dos itens/lotes, fixado no Termo de Referência (**Anexo I**).
- 3.2.** Deverá ser observado o critério de valor máximo, sob pena de **desclassificação** da proposta/lance, se, mesmo após a negociação, o valor ainda for superior ao máximo para o item/lote.

## **4. DO CREDENCIAMENTO À PLATAFORMA ELETRÔNICA**

- 4.1.** A participação do licitante no pregão eletrônico se dará por meio de participação direta ou através de empresas associadas à **BLL – Bolsa de Licitações do Brasil**, a qual deverá manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.



- 4.2. O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.
- 4.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade da licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para executar as transações inerentes a este Pregão.
- 4.4. A licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 4.5. A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da BLL - Bolsa De Licitações do Brasil.
- 4.6. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 4.7. Cabe frisar que, atualmente, os custos da BLL ao fornecedor impactam somente ao licitante vencedor do lote, quando adjudicado, ocorrendo das seguintes formas:
- a) Taxa de 1,5% sobre o valor do lote adjudicado, com o teto máximo de R\$600,00 por lote, sendo a participação no certame gratuita;
  - b) Taxa fixa de R\$ 567,00 à vista, ou 3 x de R\$ 189,99, onde o fornecedor pode participar de quantos processos desejar, pelo período de 03 (três) meses, sem custos incididos sobre os valores adjudicados.
- 4.8. Os custos para o licitante reverterem-se em investimentos e manutenção técnica e operacional da plataforma eletrônica, que conta com suporte técnico prático e totalmente funcional, tanto para o município como para o licitante.
- 4.9. A opção pela utilização da plataforma da BLL deu-se levando em conta que a mesma possui integração com o sistema de gestão utilizado pelo município (Betha Compras Cloud), fato que torna o processo licitatório (em especial aqueles onde é licitada uma quantidade considerável de itens distintos) muito mais célere, tanto para exportação de itens, valores e quantidades, como para importação do resultado final da licitação, além do fato do suporte técnico da plataforma, quando necessário, funcionar com rapidez e praticidade, dando ainda mais fluidez ao processo.
- 4.10. Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional poderá ser esclarecida através da Bolsa de Licitações do Brasil, pelo telefone (41) 3097-4600 ou pelo e-mail contato@bll.org.br.

## **5. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO E IMPEDIMENTOS**

- 5.1. **Poderão participar** da licitação pessoas físicas ou jurídicas regularmente estabelecidas no país **com ramo de atuação compatível ao objeto da licitação** e que apresentem os documentos exigidos para habilitação.
- 5.2. Os interessados em participar do pregão devem dispor de **chave de identificação e senha pessoal** do sistema de compras eletrônicas constante no Edital, e conforme orientações do item **4. do Edital**.
- 5.3. **Não poderão** disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente:
- a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
  - b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens



a ela necessários;

- c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- d) pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente ou colaborador da Prefeitura Municipal de Nova Aurora que desempenhe função pertinente ao processo de licitação, que atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- g) empresas que constem no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), do Portal da Transp. do Gov. Federal e/ou Cadastro de Impedidos de Licitar, do TCE-PR.

**5.4.** O impedimento de que trata a alínea **c)** deste subitem será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

**5.5.** A participação nesta licitação implica a aceitação das condições estabelecidas neste edital, em seus anexos e também na legislação aplicável.

## **6. DO REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME**

**6.1.** A licitação será conduzida por Pregoeiro designado, que terá, dentre outras, as funções de:

- I. receber, avaliar e decidir/responder os pedidos de esclarecimentos e/ou as impugnações ao Edital e Anexos;
- II. iniciar e conduzir a sessão pública da licitação
- III. analisar a aceitabilidade das propostas e, então, levá-las para a próxima fase;
- IV. desclassificar as propostas, justificando tal ação;
- V. coordenar a sessão pública e o envio de lances e propostas;
- VI. verificar e julgar as condições de habilitação dos licitantes classificados;
- VII. sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica e, se necessário, afastar licitantes em razão de vícios insanáveis;
- VIII. declarar os licitantes vencedores, quando for o caso;
- IX. se houver, receber recursos, apreciar sua admissibilidade e, se não reconsiderar a decisão, encaminhá-los à autoridade competente;
- X. encaminhar o processo licitatório, devidamente instruído, após a sua conclusão, às autoridades competentes para a adjudicação e homologação;
- XI. propor à autoridade competente a revogação ou a anulação da licitação, se for o caso;
- XII. propor à autoridade competente a abertura de procedimento administrativo para apuração de responsabilidade, se for o caso.

**6.2.** O Pregoeiro tem poderes para convocar e conduzir os trabalhos da Equipe de Apoio e pode solicitar auxílio formal à mesma, bem como aos responsáveis pela elaboração de documentos pertinentes a licitação ou à Assessoria Jurídica, a fim de subsidiar suas decisões.

**6.3.** Em qualquer fase da licitação, o Pregoeiro poderá promover diligência, destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, tanto quanto às propostas de preço, quanto à habilitação, **sendo vedada** a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente na documentação preliminar, ou que ateste qualificação/condição posterior à abertura do certame.





## **7. DO TRATAMENTO DIFERENCIADO ÀS MICROEMPRESAS E EMP. DE PEQUENO PORTE**

- 7.1. Aplicam-se às microempresas e Empresas de Pequeno Porte, doravante denominadas ME e EPP, tratamento diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, mormente Capítulo V, Do Acesso aos Mercados, artigos 42 a 49 e Lei Municipal 1302/09, de 23 de abril de 2009.
- 7.2. A definição de ME e EPP consta no Capítulo II do mesmo corpo normativo, art. 3º e seguintes.
- 7.3. Os **lotes 18, 20, 22, 38, 43 e 46** são destinados exclusivamente para disputa entre empresas enquadradas como MEI/ME/EPP, referente a cota de até 25%, conforme Art. 48, inciso III da LC 123/2006.
- 7.4. Os **lotes 19, 21, 23, 39, 44 e 47** são destinados à ampla concorrência, referente a cota de no mínimo 75%, conforme Art. 48, inciso III da LC 123/2006.
- 7.5. Todos os demais lotes não mencionados nos subitens anteriores são destinados exclusivamente para empresas enquadradas como MEI/ME/EPP, conforme Art. 48, inciso I da LC 123/2006.

## **8. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

- 8.1. O cadastramento da proposta eletrônica, ocorrerá através do acesso identificado, com chave e senha, e pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências deste Edital e Anexos, até a data e horário limites dispostos neste Edital;
- 8.2. O encaminhamento da proposta eletrônica se dará EXCLUSIVAMENTE por meio do sistema eletrônico, não sendo aceitos envios por e-mail, WhatsApp ou qualquer outro meio.
- 8.3. Até a data e horário marcados para abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.
- 8.4. O licitante deverá dar oferta firme e precisa, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.
- 8.5. A apresentação das propostas implicará plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital.
- 8.6. Ocorrendo discordância entre o valor unitário e o total, prevalecerá o primeiro.
- 8.7. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- a) valor unitário ou total do item/lote, **ou** percentual de desconto (quando o critério de julgamento for “maior desconto”); com até **duas casas após a vírgula**;
  - b) marca/fabricante;
  - c) descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do item no Termo de Referência, indicando, no que for aplicável e quando for o caso, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, entre outros.
- 8.8. Se o sistema eletrônico, por acaso, não dispor de algum dos campos acima, dispensa-se o preenchimento, desde que a informação possa ser sanada sem prejuízos a competição do certame.
- 8.9. A validade da proposta será de no mínimo 90 (noventa) dias, contados a partir da data da sessão pública do Pregão.
- 8.10. O licitante não deverá se identificar de forma alguma, através do preenchimento da proposta eletrônica cadastrada, sob pena de **desclassificação**.
- 8.11. No caso de marcas próprias, identificar “PRÓPRIA”, e nunca termos que permitam a identificação do licitante.
- 8.12. **Não** será permitido ao licitante oferecer **proposta parcial**, ou seja, com quantidade do item/lote inferior àquelas constantes no Termo de Referência.



## **9. DA ABERTURA DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

- 9.1.** A partir do horário previsto neste edital, terá início a abertura da sessão pública, no endereço eletrônico: <https://bllcompras.com/>, sendo a primeira fase a de análise das propostas.
- 9.2.** Durante a sessão pública, a comunicação entre o pregoeiro e os licitantes dar-se-á exclusivamente através de mensagens em campo próprio de cada item/grupo disputado.
- 9.3.** Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.
- 9.4.** O pregoeiro então iniciará a avaliação das propostas, podendo desclassificar as que não estejam de acordo com as exigências do instrumento convocatório (edital).
- 9.5.** A desclassificação de uma proposta sempre será fundamentada e registrada no sistema.
- 9.6.** Então, a partir do horário previsto para início da etapa de lances, os licitantes com propostas classificadas poderão encaminhar lances, exclusivamente por meio do sistema eletrônico.
- 9.7.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, não sendo aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for registrado em primeiro lugar pelo sistema.
- 9.8.** Somente serão aceitos lances, de um mesmo fornecedor, caso o lance seja de valor inferior ao último registrado no sistema por esta mesma empresa ou inferior ao menor dos lances.
- 9.9.** A diferença mínima entre cada lance constará em cada item/grupo, no próprio sistema eletrônico.
- 9.10.** Durante o transcurso da sessão pública, os participantes serão informados do valor, em tempo real, do menor lance registrado. Não haverá a identificação dos licitantes pelo sistema.
- 9.11.** Será adotado o modo de disputa **ABERTO**, onde os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações, conforme o critério de julgamento adotado.
- 9.12.** No modo de disputa **ABERTO**, a fase de lances na sessão pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 9.13.** A prorrogação automática de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá de forma sucessiva, sempre que houver lances enviados dentro deste período de prorrogação.
- 9.14.** Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida no subitem **9.13**, a disputa do item/grupo será encerrada automaticamente.
- 9.15.** As propostas de licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da proposta ou lance de menor preço, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 9.16.** A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada nos termos do subitem acima terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos – controlados pelo sistema – contados após a comunicação automática para tanto.
- 9.17.** Caso a licitante classificada como microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes qualificadas como microempresa ou empresa de pequeno porte que se encontrarem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 9.18.** O disposto no subitem acima somente será aplicável quando a melhor proposta final não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.
- 9.19.** O Pregoeiro poderá suspender a sessão de lances caso seja imprescindível à realização de eventual diligência.



## **10. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE**

**10.1.** Após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos na LC nº 123/06, seguido da aplicação do critério estabelecido no art. 60 da Lei Federal nº 14.133/21, se não houver licitante que atenda à primeira hipótese.

**10.2.** Os critérios de desempate serão aplicados nos termos do subitem anterior, no caso de ausência de envio de lances após o início da fase competitiva.

## **11. DA NEGOCIAÇÃO FINAL**

**11.1.** Após o encerramento da etapa de lances, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

**11.2.** O Pregoeiro poderá negociar com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

**11.3.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

## **12. DO ENVIO E ANÁLISE DA PROPOSTA DE PREÇOS ATUALIZADA**

**12.1.** A proposta de preços readequada, acompanhada, se for o caso, de documentos complementares necessários para esta etapa ou para confirmar determinada condição, deverá ser anexada pelo licitante melhor classificado para o(s) item(ns)/lote(s), exclusivamente no sistema eletrônico e no prazo de até 02 (duas) horas.

**12.2.** O prazo de envio poderá ser alterado por solicitação do licitante convocado ou por decisão do Pregoeiro, ambas as opções devidamente justificadas.

**12.3.** O licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada no item anterior, será desclassificado e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.

**12.4.** A convocação para anexar a proposta atualizada dar-se-á via mensagem em campo próprio do sistema, devendo os licitantes atentarem-se às comunicações.

**12.5.** A proposta readequada deverá ser/conter:

**12.5.1.** **Proposta de preços, contendo todas as informações do modelo do Anexo II deste edital, vedado o preenchimento com dados aleatórios ou incompletos, sob pena de desclassificação, se assim o Pregoeiro julgar cabível;**

**12.5.2.** Timbrado da empresa ou identificação da mesma no cabeçalho da proposta, contendo dados como CNPJ, endereço, telefone, e-mail, entre outros;

**12.5.3.** Preços unitários e totais, em real, com no máximo duas casas decimais após a vírgula;

**12.5.4.** **Os preços ofertados deverão condizer com os valores praticados no mercado na data da sua apresentação;**

**12.5.5.** O objeto ofertado deverá atender a todas as especificações contidas no **Anexo I** do Edital.

**12.5.6.** A proposta deverá ter validade mínima de 90 (noventa) dias;

**12.5.7.** Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos, a menos que, na opinião do pregoeiro, exista um erro grosseiro e óbvio, ou, ainda, na omissão de um desses valores (algarismo ou extenso), a proposta será válida desde que não haja dúvidas sobre o preço apresentado;

**12.5.8.** Caso o pregoeiro identifique erros sanáveis na proposta atualizada, poderá abrir diligência e solicitar à empresa que reencaminhe a proposta atualizada com as devidas correções, desde



que não alterem de forma substancial a proposta e sua validade jurídica.

**12.6.** Para atender às condições estabelecidas no Decreto Estadual n.º 1.261/03 e Convênio ICMS n. 26/03, as empresas paranaenses deverão apresentar propostas já com o valor líquido, ou seja, sem carga tributária do ICMS.

**12.7.** A apresentação da proposta implicará:

**12.7.1.** Conhecimento e aceitação plena e total de todas as cláusulas e condições estabelecidas por este Edital e seus Anexos;

**12.7.2.** Conhecimento das especificações, quantitativos, encargos gerais, e, condições para execução dos serviços, sujeitando-se ao gerenciamento e fiscalização de órgãos de controle interno e externo.

**12.8.** Fica vedada à contratada:

**12.8.1.** A subcontratação total ou parcial do objeto, pela contratada a outra empresa;

**12.8.2.** A cessão ou transferência total ou parcial do objeto contratado.

**12.9.** Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

### **13. DA APRESENTAÇÃO DAS AMOSTRAS**

**13.1.** O município de Nova Aurora exigirá dos participantes que ocuparem a posição provisória de primeiro classificado e cujas propostas tenham sido aceitas, nos itens constantes na tabela do Termo de Referência, **amostra**, de pelo menos uma unidade de cada um dos itens passíveis de amostra.

**13.2.** Poderá ser solicitada documentação técnica referente ao produto (catálogos ou fichas técnicas), se houver necessidade de averiguar especificações que não possam ser sanadas analisando-se o produto fisicamente.

**13.3.** Com exceção dos itens onde conste na última coluna da tabela, a observação "DISPENSADA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA", todos os demais são passíveis de exigência de amostra, salvo quando cotada pelo licitante previamente vencedor uma das "MARCAS DE REFERÊNCIA/PRÉ-APROVADAS", conforme constará na última coluna, para cada item.

**13.4.** O objetivo da amostra é aferir qualidade, durabilidade, desempenho e funcionalidade dos materiais, garantindo que o produto atende às características mínimas quantitativas e qualitativas exigidas no Termo de Referência. Este procedimento complementa o exame das propostas, baseando-se em critérios objetivos e promovendo o tratamento isonômico dos participantes, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	CRITÉRIOS DE ANÁLISE DA AMOSTRA
02	<b>AÇÚCAR MASCADO.</b>	Será avaliado embalagem do produto e sua composição que deve ser 100% natural, cor, sabor, textura, umidade e solubilidade para verificar se estão de acordo com as características normais esperada e também a presença de impurezas dentro do açúcar.
03	<b>ADOÇANTE.</b>	Será avaliado embalagem e se o produto é 100% stévia, avaliar sabor, presença de aditivos químicos e solubilidade.
06	<b>ARROZ AGULHINHA.</b>	O arroz será avaliado a cor, cheiro e se grãos se estão uniformes, se apresenta impurezas dentro da embalagem, após será preparado de acordo com as recomendações para avaliar a textura do mesmo após o cozimento.
07	<b>AVEIA EM FLOCOS FINOS.</b>	Será avaliado cor e aparência, cheiro, presença de impurezas, informações nutricionais, textura e sabor após o cozimento da mesma.
12	<b>BISCOITO DOCE.</b>	Avaliar aparência, informações nutricionais, se o produto está íntegro dentro da embalagem, sabor, crocância, para verificar se estão de acordo com as características normais do produto.





# Prefeitura Municipal de Nova Aurora

## Estado do Paraná

CNPJ 76.208.859/0001-52

**Capital Paranaense da Tilápia**

Lei nº 19042, 12 de junho de 2017

**Capital Nacional da Tilápia**

Lei nº 13961, 19 de dezembro de 2019



13	<b>BISCOITO ROSQUINHA.</b>	Avaliar aparência, informações nutricionais, se o produto está integro dentro da embalagem, sabor, crocância, para verificar se estão de acordo com as características normais do produto.
14	<b>BISCOITO SALGADO.</b>	Avaliar aparência, informações nutricionais, se o produto está integro dentro da embalagem, sabor, crocância, para verificar se estão de acordo com as características normais do produto.
17	<b>CAFÉ.</b>	Avaliar integridade da embalagem, cheiro, presença de impurezas, o produto será preparado de acordo com as recomendações para avaliar o sabor e aroma.
31	<b>COLORÍFICO.</b>	Avaliar cor, aparência, textura, aroma, sabor e presença de impurezas, bem como informações da embalagem como validade, ingredientes e informações nutricionais.
32	<b>EXTRATO DE TOMATE CONCENTRADO.</b>	Avaliar ingredientes descritos na embalagem se condiz com o solicitação para licitação, informações nutricionais, características da embalagem, cor, sabor, textura, consistência e aroma.
33	<b>FARINHA DE TRIGO INTEGRAL.</b>	Avaliar cor, textura, cheiro, presença de impurezas, informações nutricionais, embalagem. O produto será utilizado para a preparação de pães e bolos para a avaliação da textura da massa após o produto preparado utilizando a farinha.
34	<b>FARINHA DE TRIGO.</b>	Avaliar cor, textura, cheiro, presença de impurezas, informações nutricionais, embalagem. O produto será utilizado para a preparação de pães e bolos para a avaliação da textura da massa após o produto preparado utilizando a farinha.
35	<b>FEIJÃO CARIOCA.</b>	Avaliar qualidade e integridade dos grãos, cor, validade do produto, tempo de cozimento dos grãos, aroma, sabor e textura após o cozimento dos grãos.
36	<b>FERMENTO BIOLÓGICO SECO.</b>	O produto será usado para preparação de pães seguindo a informação contida na embalagem para avaliar se o pão preparado ficará com textura firme, porém não embatumado e também se após pronto deixará cheiro forte de fermento no alimento. Avaliar embalagem e informações contidas na mesma.
37	<b>FERMENTO EM PÓ QUÍMICO.</b>	Avaliar solubilidade do fermento em água morna, cor, cheiro, informações contidas na embalagem, e na preparação do bolo utilizando este fermento a massa ficará macia e leve.
41	<b>LEITE DE VACA INTEGRAL EM PÓ.</b>	O produto será preparado conforme recomendação da embalagem, será testado em água para verificar a solubilidade do mesmo, bem como serão analisados odor, cor e sabor, para verificar se estão de acordo com as características normais esperadas do produto. Avaliar as informações nutricionais contidas na embalagem do produto.
42	<b>LEITE EM PÓ INTEGRAL - SEM LACTOSE.</b>	Avaliar lista de ingredientes e informação nutricional. Preparar o produto conforme a recomendação da embalagem para avaliar cor, sabor, solubilidade e rendimento.
50	<b>MACARRÃO TIPO ESPAGUETE N 8.</b>	O produto será preparado conforme recomendação da embalagem, sendo cozido de acordo com o tempo descrito, para verificação do sabor e textura, verificando se estão de acordo com as características normais esperadas do produto. Será verificada também a presença de carunchos ou qualquer outro dano no produto que possa comprometer sua qualidade final.
51	<b>MACARRÃO TIPO AVE MARIA.</b>	O produto será preparado conforme recomendação da embalagem, sendo cozido de acordo com o tempo descrito, para verificação do sabor e textura, verificando se estão de acordo com as características normais esperadas do produto. Será verificada também a presença de carunchos ou qualquer outro dano no



		produto que possa comprometer sua qualidade final.
52	<b>MACARRÃO TIPO PARAFUSO DE SÊMOLA.</b>	O produto será preparado conforme recomendação da embalagem, sendo cozido de acordo com o tempo descrito, para verificação do sabor e textura, verificando se estão de acordo com as características normais esperadas do produto. Será verificada também a presença de carunchos ou qualquer outro dano no produto que possa comprometer sua qualidade final.
53	<b>MACARRÃO TIPO PARAFUSO INTEGRAL.</b>	O produto será preparado conforme recomendação da embalagem, sendo cozido de acordo com o tempo descrito, para verificação do sabor e textura, verificando se estão de acordo com as características normais esperadas do produto. Será verificada também a presença de carunchos ou qualquer outro dano no produto que possa comprometer sua qualidade final.
60	<b>NATA.</b>	Avaliar cor, textura, aparência, sabor, consistência e teor de gordura presente no alimento. Integridade de embalagem, ingredientes e informações nutricionais.

#### **14. DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**

**14.1.** Encerrada a etapa de aceitação das propostas, será iniciada a fase de habilitação, através da conferência dos documentos exigidos.

**14.2.** A documentação exigida será verificada no SICAF (Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores), através de consulta online, para os documentos abrangidos neste portal, sendo aqueles relativos à:

**14.2.1.** Habilitação Jurídica;

**14.2.2.** Regularidade Fiscal e Trabalhista;

**14.2.3.** Qualificação econômico-financeira (se o Edital exigir);

**14.2.4.** Qualificação técnica (se o Edital exigir);

**14.3.** Para habilitar-se na presente licitação, a proponente deverá apresentar os seguintes documentos **na plataforma eletrônica (NÃO SERÃO ACEITOS DOCUMENTOS ENVIADOS POR E-MAIL):**

**14.4.** Habilitação Jurídica:

a) Registro comercial, no caso de empresa individual; **ou**

b) Certificado de Microempreendedor Individual, no caso de MEI; **ou**

c) Ato constitutivo (Estatuto ou Contrato Social em vigor), devidamente registrado no órgão competente, acompanhado de documento comprobatório da eleição dos atuais administradores, no caso de sociedade empresarial em geral.

**14.5.** Regularidade Fiscal e Trabalhista:

a) Inscrição Estadual (CICAD, SINTEGRA, ICMS, etc;) **OU** Municipal (Alvará);

b) Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos **Federais** e à Dívida Ativa da União;

c) Certidão Negativa de Débitos Tributários **Estaduais**;

d) Certidão Negativa de Débitos **Municipais**, do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei;

e) Prova de regularidade para com o **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)**;

f) Certidão Negativa de Débitos **Trabalhistas**;

**OBS1:** Para fins de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, serão aceitas certidões positivas com efeitos de negativas;

**OBS2:** Os documentos referidos nos incisos do caput deste artigo **poderão** ser substituídos ou supridos, no todo ou em parte, por outros meios hábeis a comprovar a regularidade do licitante,



inclusive por meio eletrônico;

**14.6. Declarações (Anexos III e IV):**

- a) Declaração Unificada, conforme **Anexo III**;
- b) Declaração de enquadramento no porte de MEI/ME/EPP (se for o caso), conforme **Anexo IV**;

**OBS1:** Todas as declarações deverão estar **ASSINADAS** e **LEGÍVEIS**, não sendo aceitas ainda caso as datas estejam esmaecidas, inelegíveis ou rasuradas.

**14.7.** Caso o licitante não possua cadastro no SICAF, deverá então apresentar toda a documentação de habilitação prevista neste Edital, sendo que a empresa terá **prazo de 02 (duas) horas para anexar todos os documentos exigidos ao sistema eletrônico de realização do certame**, sendo o prazo contado a partir da comunicação/convocação por parte do Pregoeiro.

**14.8.** O disposto no subitem anterior serve também para as proponentes cuja documentação encontre-se vencida ou não inserida no SICAF, ou, ainda, para aquelas que preferiram anexar diretamente à plataforma, devendo então anexar os documentos pendentes ao sistema eletrônico de realização do certame, no prazo previsto.

**14.9.** O prazo de envio poderá ser alterado por solicitação do licitante convocado ou por decisão do Pregoeiro, ambas as opções devidamente justificadas.

**14.10. Em relação a regularidade fiscal de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte:**

**14.10.1.** Em conformidade com a LC 123/2006 e LC 147/2014, as microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição;

**14.10.2.** Havendo alguma restrição na regularidade fiscal, consoante ao subitem anterior, será concedido prazo de 05 (cinco) dias úteis, a partir da convocação do pregoeiro, prorrogáveis por igual período, a critério da Prefeitura, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou certidões positivas com efeito de certidão negativa;

**14.10.3.** A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem **14.10.2.**, implicará na decadência do direito à contratação e consequente inabilitação da empresa;

**14.11. Observações gerais em relação à documentação de habilitação:**

- a) As certidões negativas de débitos que não apresentarem o prazo de validade em seu corpo serão consideradas válidas desde que emitidas com antecedência máxima de até 60 (sessenta) dias da data prevista para a abertura do Pregão;
- b) Não serão aceitos documentos rasurados ou ilegíveis;
- c) Os documentos de habilitação referentes à pessoa jurídica deverão estar vinculados à mesma, com o número do CNPJ e o respectivo endereço da sede da empresa licitante;
- d) No caso de matriz e filial, poderão ser apresentados documentos em comum à matriz e filial, pois os efeitos estendem-se a ambas as pessoas jurídicas;
- e) Se o licitante desatender as exigências de habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, verificando a sua aceitabilidade conforme a ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital;
- f) A verificação, pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, constitui meio legal de prova para fins de habilitação;
- g) Consideradas cumpridas todas as exigências do Edital quanto à apresentação da documentação de habilitação pelo licitante classificado em primeiro lugar, o Pregoeiro o declarará vencedor.





## **15. DA INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS**

- 15.1.** A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei n. 14.133/21.
- 15.2.** Declarado/habilitado vencedor ou anulada/revogada a licitação, será concedido prazo de **20 (vinte) minutos** para que qualquer licitante manifeste sua intenção de recorrer, **em campo próprio sistema eletrônico**.
- 15.3.** A falta de manifestação dentro do prazo previsto no subitem **14.2.**, quanto à intenção de recorrer, importará a decadência desse direito.
- 15.4.** Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro o exame da intenção de recurso, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, em campo próprio do sistema.
- 15.5.** O licitante que tiver sua intenção de recurso aceita, deverá apresentar, através do e-mail [licitacao@novaaurora.pr.gov.br](mailto:licitacao@novaaurora.pr.gov.br), no prazo de **03 (três) dias úteis**, as razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões, através dos mesmos meios, em outros **03 (três) dias úteis**, que começarão a contar do dia útil seguinte ao término do prazo do recorrente.
- 15.6.** As interessadas poderão anexar os arquivos contendo suas razões/contrarrazões recursais no próprio sistema eletrônico, caso o mesmo possua tal opção.
- 15.7.** As razões do recurso, bem como as contrarrazões (se houve), serão dirigidas à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida (Agente de Contratação/Pregoeiro), que, terá o prazo de **03 (três) dias úteis** para analisar e elaborar sua decisão.
- 15.8.** Caso a autoridade não reconsiderar a decisão recorrida, deverá encaminhar o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, contados do recebimento dos autos.
- 15.9.** A falta de manifestação do licitante quanto a intenção de recorrer, **em campo próprio do sistema**, ou a não apresentação das razões do recurso no prazo fixado, implicarão na decadência do direito de interposição do recurso.
- 15.10.** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 15.11.** Será assegurado aos licitantes vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

## **16. DAS DILIGÊNCIAS E POSSÍVEL REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

- 16.1.** É facultado ao pregoeiro, ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.
- 16.2.** Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.
- 16.3.** Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de documentos ou propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência.
- 16.4.** A sessão pública poderá ser reaberta:
- 16.4.1.** Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.
- 16.4.2.** Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato/ata de registro de preços, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do § 1º do Art. 43 da LC 123/2006, serão adotados os procedimentos posteriores ao final da etapa de lances.





- 16.4.3.** Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta, através de e-mail ou *chat* do sistema eletrônico.

## **17. DA DOCUMENTAÇÃO ORIGINAL**

**17.1.** Fica dispensada a apresentação de documentos originais, salvo casos em que o Pregoeiro considere necessário o envio da via original.

**17.2.** Os licitantes devem encaminhar, sempre que possível, os documentos assinados digitalmente e com qualidade original ou, ao menos, com qualidade e resolução suficientes para permitir uma visualização clara do teor do documento.

## **18. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

**18.1.** Examinada a aceitabilidade da proposta mais vantajosa, a regularidade e a habilitação do licitante vencedor, bem como após a fase recursal, o pregoeiro encaminhará o processo em sua íntegra à autoridade competente que, constatando a regularidade dos atos praticados, procederá com a adjudicação do objeto e a homologação da licitação.

## **19. DA ASSINATURA DO CONTRATO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**19.1.** Homologado o resultado da licitação, serão realizados os trâmites internos necessários para a elaboração dos Contratos/Atas de Registro de Preços.

**19.2.** Então, o(s) licitante(s) vencedor(es) será(ão) convocado(s) para assinar digitalmente o Contrato/Ata de Registro de Preços, **dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis**, conforme Minuta constante do **Anexo V**, sob as penas da lei.

**19.3.** A convocação dar-se-á mediante e-mail, ao endereço eletrônico informado pela proponente na sua proposta de preços.

**19.4.** O prazo estipulado no subitem **18.1**, poderá ser prorrogado por igual período, uma única vez, desde que o licitante apresente motivo justificado, e que este seja aceito pela administração.

**19.5.** Caso a empresa não possua assinatura com certificado digital, deverá entrar em contato com o Departamento de Licitação, para acordar outra forma de assinar o instrumento contratual.

**19.6.** Se o licitante vencedor se recusar, sem motivo justificado e aceito pela administração, a assinar o Contrato/Ata de Registro de Preços dentro do prazo previsto no subitem **18.1**, caracterizará o descumprimento total da obrigação, ficando sujeito a **multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato**, além de outras sanções cabíveis e previstas no Art. 156 da Lei n.º 14.133/21 e suas alterações.

**19.7.** É facultado ao Município de Nova Aurora, quando o convocado não comparecer no prazo estipulado no subitem **18.1**, ou, ainda, recusar-se, injustificadamente a entregar e cumprir com sua proposta vencedora, convocar os LICITANTES remanescentes, na ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na legislação.

## **20. DA REVOGAÇÃO E/OU ANULAÇÃO DO CERTAME**

**20.1.** A Administração, observadas razões de conveniência e oportunidade, devidamente justificadas, poderá revogar a qualquer momento o presente procedimento, ou declarar a sua nulidade por motivo de ilegalidade, mediante despacho fundamentado.

**20.2.** Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.



**20.3.** O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

**20.4.** Nos casos de anulação e revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados.

## **21. DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DOS PREÇOS**

**21.1.** A revisão dos preços dependerá da efetiva comprovação do desequilíbrio, das necessidades justificadas, dos pareceres dos setores técnico e jurídico e da aprovação da autoridade competente, seguindo as normativas do Decreto Municipal 090/2024.

**21.2.** Caso no decorrer da vigência do Contrato/Ata de Registro de Preços haja supressão ou aumento de preços será permitido o reequilíbrio econômico-financeiro.

**21.3.** O pedido de reequilíbrio econômico-financeiro será realizado preferencialmente através do protocolo geral do município ou pelo e-mail [administracao@novaaurora.pr.gov.br](mailto:administracao@novaaurora.pr.gov.br) e deverá ser instruído com:

- a)** Número do Contrato ou da Ata de Registro de Preços a que se refere;
- b)** Item(s) e/ou Lote(s) para o (s) qual(is) é solicitado reequilíbrio de preços;
- c)** Justificativa e fatos do desequilíbrio;
- d)** Percentual (%) solicitado no reequilíbrio do preço por item e/ou lote;
- e)** Documentos que comprovem o preço praticado quando da formulação da proposta, da assinatura do contrato/ata ou da emissão da primeira Nota de Empenho/Ordem de Fornecimento, e também o preço praticado quando do protocolo do requerimento de reequilíbrio.

**21.4.** Quanto aos documentos citados na alínea **e)**, deve-se dar preferência às notas fiscais de compra dos produtos ou das matérias-primas emitidos para a própria empresa, ou, na impossibilidade de apresentação, poderão ser usados orçamentos, documentos contábeis, planilhas de custos, contratos ou documentos firmados com seus fornecedores, notas fiscais de outras empresas do mesmo ramo, dentre outros documentos hábeis a comprovar o desequilíbrio.

**21.5.** O pedido de reequilíbrio pela requerente não a desobriga ou autoriza a suspender a regular execução do contrato ou ata de registro de preços, razão pela qual eventual atraso na execução sujeitará a empresa às penalidades cabíveis.

**21.6.** Quando o pedido de reequilíbrio referir-se a item individual que compõe o custo global do produto ou serviço, deverá ser apresentada planilha detalhada ou equivalente, contendo o custo de cada item constante da proposta inicial em confronto com a nova planilha atualizada, a fim de comprovar a elevação dos encargos do particular proporcionalmente à majoração do insumo requerido.

**21.7.** Eventual concessão do reequilíbrio somente produzirá efeitos sobre o saldo contratual, contados da data do requerimento.

**21.8.** Os prazos para análise e decisão acerca do reequilíbrio econômico financeiro constam non Decreto Municipal 090/2024.

## **22. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS**

**22.1.** O registro do fornecedor será cancelado pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, quando o fornecedor:

- a)** descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;
- b)** não retirar a nota de empenho, contrato ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- c)** não comprovar a existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, quando o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na



legislação aplicável;

d) sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do **caput** do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

**22.2.** O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- a) por razão de interesse público;
- b) a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- c) se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no § 3º do art. 24 e no § 4º do art. 25 do Decreto Municipal nº 505/2023.

**22.3.** De acordo com as razões causadoras do cancelamento dos preços, o contratado será responsabilizado administrativamente, aplicando-se as possíveis sanções previstas no art. 155 da Lei 14.133/2021.

**22.4.** O cancelamento do registro, assegurado o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Mun. de Nova Aurora e publicado no Diário Oficial do Município.

### **23. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**23.1.** Será aplicada a suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração nos casos previstos na Lei Federal n.º 14.133/21 e legislação correlata.

**23.2.** Caberá multa compensatória a ser calculada sobre o valor total da proposta, sem prejuízo das demais sanções administrativas e indenização suplementar em caso de perdas e danos decorrentes da recusa, ao licitante que:

- a) apresentar declaração ou documento falso: multa de 20% (vinte por cento);
- b) deixar de apresentar documento na fase de saneamento: multa de 10% (dez por cento);
- c) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, até o momento da adjudicação: multa de 20% (vinte por cento);
- d) Recusar, após ser considerado adjudicatário, a assinar o contrato ou aceitar instrumento equivalente, sem prejuízo de indenização suplementar em caso de perdas e danos decorrentes da recusa e da sanção de suspensão de licitar e contratar com o Município de Nova Aurora/PR, pelo prazo de até 2 (dois) anos: multa de 30% (trinta por cento);
- e) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- f) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- g) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- h) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- i) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- j) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

**23.3.** Nas hipóteses referidas nos itens precedentes, após apuração efetuada por processo administrativo, e não ocorrendo o pagamento perante a Administração, o valor da multa aplicada será inscrito na "Dívida Ativa" para cobrança judicial.

**23.4.** A multa poderá ser aplicada juntamente com a suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração ou com a declaração de inidoneidade.

**23.5.** A Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou contratados as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civis e criminais:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**23.6.** A sanção será aplicada mediante a natureza, a gravidade e a reprovabilidade da infração



cometida, assim, a Administração considerará:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**23.7.** As sanções por atos praticados no decorrer da contratação (ou do registro de preços) estão previstas na minuta da Ata de Registro de Preços/Contrato.

## **24. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**24.1.** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

**24.2.** Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

**24.3.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

**24.4.** O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

**24.5.** Caso a sessão pública seja suspensa, especialmente em caso de diligências, será reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

**24.6.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**24.7.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Pref. Mun. de Nova Aurora.

**24.8.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e/ou a exata compreensão da sua proposta, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

**24.9.** Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação / inabilitação.

**24.10.** As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

**24.11.** As decisões referentes a este processo licitatório serão comunicadas aos proponentes através do **campo de mensagens** da plataforma "**BLL COMPRAS**"; ou, ainda, mediante publicação no Diário Oficial do Município.

**24.12.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

**24.13.** O Edital e seus Anexos encontram-se disponível no site do sistema eletrônico e no site da Prefeitura Municipal ([www.novaaurora.pr.gov.br](http://www.novaaurora.pr.gov.br)).

**24.14.** Os casos omissos serão decididos pelo Pregoeiro em conformidade com as disposições constantes dos Decretos e Leis citados neste Edital.





**24.15.** O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o da Comarca de Nova Aurora, Estado do Paraná.

**24.16.** São partes integrantes deste edital:

- **Anexo I** – Termo de Referência;
- **Anexo II** – Modelo da Proposta de Preços;
- **Anexo III** – Declaração Unificada;
- **Anexo IV** – Declaração de enquadramento no porte de MEI/ME/EPP;
- **Anexo V** – Minuta da Ata de Registro de Preços.

Nova Aurora, 13 de março de 2024.

---

**JOSÉ APARECIDO DE PAULA E SOUZA**  
**Prefeito Municipal**



**ANEXO I**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. DO OBJETO**

- 1.1.** Seleção de propostas visando o registro de preços para futuras e eventuais aquisições dos gêneros alimentícios, para manutenção da merenda escolar das Escolas e CMEIS Municipais, pelo período estimado de 12 (doze) meses.
- 1.2.** Os produtos ofertados pelas licitantes deverão, OBRIGATORIAMENTE, atenderem às exigências de qualidade, observado os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de fiscalização de qualidade, etc. - atentando-se o proponente, principalmente para as prescrições contidas no art. 39, VIII, da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).
- 1.3.** Os bens objeto deste processo são caracterizados como de natureza comum, conforme inciso XIII do art. 6º da Lei 14.133/21, e, ainda, não se enquadram na categoria de bem de luxo, em atendimento ao contido no art. 20 da Lei nº 14.133/21 c/c Decreto 111/2023.

**2. DA INDICAÇÃO DE MARCA/MODELO ESPECÍFICO**

- 2.1.** Na presente licitação não será vedada a oferta de nenhuma marca, desde que o produto atenda todas as especificações contidas na descrição do objeto.

**3. DOS REQUISITOS TÉCNICOS PARA PARTICIPAÇÃO**

- 3.1.** Nesta contratação/licitação, não há necessidade da apresentação de documentos técnicos.

**4. DA JUSTIFICATIVA**

- 4.1.** A aquisição do objeto se faz necessária visto que, vislumbra a necessidade de manutenção da alimentação escolar dos alunos da rede municipal de ensino.
- 4.2.** O fornecimento de alimentos variados e seguros, contribuem para o crescimento e o desenvolvimento saudável dos alunos matriculados nas Unidades de Ensino do município de Nova Aurora, garantindo melhoria do rendimento escolar e segurança alimentar e nutricional, bem como condições de saúde àqueles que necessitem de atenção específicas e em vulnerabilidade social, com acesso igualitário, respeitando as diferenças biológicas entre as faixas etárias.
- 4.3.** Justifica-se a adoção do Sistema de Registro de Preços, por se tratar de produto cuja necessidade dar-se-á de forma variada e parcelada, não se podendo, portanto, ter uma definição previa e exata do quantitativo exato a ser consumido.

**5. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

- 5.1.** A aquisição do objeto deste Termo de referência será processada às disposições contidas nos seguintes instrumentos e suas alterações: Lei Federal 14.133/2021, Lei Complementar 123/2006 e Lei Complementar 147/2014, Lei Municipal 2.189/2023, Decretos Municipais 99/2023, 110/2023, 505/2023, 81/2024 e 90/2024, além de demais legislações aplicáveis e condições estabelecidas no Edital e Anexos.

**6. DO DETALHAMENTO DO OBJETO E VALOR MÁXIMO**

- 6.1.** Especificações, quantidades e valores unitários e totais máximos, sendo que todos os valores são expressos em reais (R\$):



# Prefeitura Municipal de Nova Aurora

## Estado do Paraná

CNPJ 76.208.859/0001-52

**Capital Paranaense da Tilápia**

Lei nº 19042, 12 de junho de 2017

**Capital Nacional da Tilápia**

Lei nº 13961, 19 de dezembro de 2019



Item	Qtd.	Und.	Descrição dos produtos	Valor un.	Valor total.	Marcas sugeridas/pré aprovadas
01	1000	PCT	<b>AÇÚCAR CRISTAL</b> , especial 5 Kg.	23,10	23.100,00	DISPENSADA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA
02	600	KG	<b>AÇÚCAR MASCADO</b> , contendo somente açúcar mascado, acondicionado em embalagem de 1kg, devidamente rotulado conforme legislação vigente, número de registro no órgão competente, validade mínima de 6 meses.	14,75	8.850,00	Mãe Terra/ União/ Vitao/Nutringa/ Da Colonia/ Jasmine
03	10	UN	<b>ADOÇANTE</b> , líquido, stevia 100% - embalagem mínima de 60 ml.	11,54	115,40	Zero Cal/ Lowçucar/ Linea/ Magro
04	600	UN	<b>ALFACE</b> (lisa, americana, cressa ou mimosa) com folhas íntegras, sem partes estragadas ou murchas, livre de sujidades e sem presença de deterioração visível.	5,32	3.192,00	DISPENSADA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA
05	400	KG	<b>ALHO</b> , grão, a granel, livre de substâncias tóxicas ou nocivas.	28,22	11.288,00	DISPENSADA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA
06	1600	PCT	<b>ARROZ AGULHINHA</b> , Longo Fino Tipo 1, embalagem de 5 kg, validade mínima de 6 meses.	33,11	52.976,00	Minda/Sabor Sul/Itasa/Atenas /Lar/ Bandeirantes/ Zaeli
07	600	PCT	<b>AVEIA EM FLOCOS FINOS</b> , 100% natural, validade mínima de 6 meses, embalagem de 500g.	9,84	5.904,00	Zaeli/ Nestle / Vital/ Nutringa/Yoki/Jasmine
08	10000	KG	<b>BANANA NANICA</b> , com grau médio de maturação, casca amarela, sem pontos escuros ou moles ou machucadas.	6,35	63.500,00	DISPENSADA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA
09	2600	KG	<b>BATATA INGLESA</b> , de 1ª qualidade, tamanho médio a grande, íntegra, consistência firme, casca lisa, sem indícios de germinação, livre de fungos e sujidades.	9,00	23.400,00	DISPENSADA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA
10	100	KG	<b>BATATA SALSA</b> , lavada, de 1ª qualidade.	10,92	1.092,00	DISPENSADA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA
11	400	KG	<b>BETERRABA</b> , tamanho médio, limpa c/ coloração própria e fresca.	7,12	2.848,00	DISPENSADA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA
12	1000	PCT	<b>BISCOITO DOCE</b> , sabor leite, embalagem mínima de 350g.	6,01	6.010,00	Marilan/ Ninfa/ Isabela
13	1000	PCT	<b>BISCOITO ROSQUINHA</b> , sabor leite, peso líquido mínimo de 350g.	5,65	5.650,00	Marilan/Ninfa/Galo/Isabela
14	1000	PCT	<b>BISCOITO SALGADO</b> , cracker, com gergelim, pacote mínimo de 350g.	7,39	7.390,00	Isabela / Marilan / Ninfa/Renata
15	800	PCT	<b>CACAU EM PÓ</b> , solúvel, sem açúcar, 100% cacau, embalagem 200 gramas.	14,30	11.440,00	DISPENSADA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA
16	100	PCT	<b>CAFÉ SOLÚVEL GRANULADO</b> , Características técnicas: torrado e granulado, produto de 1ª qualidade. Embalagem: aluminizada, e com rotulagem segundo os padrões da Resolução nº 259 de 20/09/2009, embalagem 100g.	14,72	1.472,00	DISPENSADA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA
17	1400	PCT	<b>CAFÉ</b> , embalado a vácuo, pacote de 500g, com selo de pureza ABIC.	18,66	26.124,00	03 Corações/Pelé/ Duas Marias/Itamaraty/ /Gosto Bom/Jesuitas/Caboclo
18	1250	KG	<b>CARNE BOVINA MOÍDA</b> , de 1ª qualidade congelada, limpa e magra, contendo até 10% de gordura, livre de sebos, aponevroses, ossos, cartilagens e pelos, embalagem plástica flexível, atóxica, resistente, transparente, rotulada, constando obrigatoriamente carimbos do SIF, SIE ou SIM, com identificação do produto. <b>(Cota de participação exclusiva para</b>	35,55	44.437,50	DISPENSADA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA



# Prefeitura Municipal de Nova Aurora Estado do Paraná

CNPJ 76.208.859/0001-52

**Capital Paranaense da Tilápia**

Lei nº 19042, 12 de junho de 2017

**Capital Nacional da Tilápia**

Lei nº 13961, 19 de dezembro de 2019



			ME e EPP)			
19	3750	KG	<b>CARNE BOVINA MOÍDA</b> , de 1ª qualidade congelada, limpa e magra, contendo até 10% de gordura, livre de sebos, aponevroses, ossos, cartilagens e pelos, embalagem plástica flexível, atóxica, resistente, transparente, rotulada, constando obrigatoriamente carimbos do sif, sie ou sim, com identificação do produto. <b>(Cota destinada à ampla concorrência)</b>	35,55	133.312,50	DISPENSADA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA
20	1250	KG	<b>CARNE BOVINA PALETA SEM OSSO</b> , cortada em cubos, congelada, limpa e magra, livre de sebos, aponevroses, ossos, cartilagens e pelos. embalagem plástica flexível, atóxica, resistente, transparente, rotulada, constando obrigatoriamente carimbos do sif, sie ou sim, com identificação do produto. <b>(Cota de participação exclusiva para ME e EPP)</b>	31,69	39.612,50	DISPENSADA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA
21	3750	KG	<b>CARNE BOVINA PALETA SEM OSSO</b> , cortada em cubos, congelada, limpa e magra, livre de sebos, aponevroses, ossos, cartilagens e pelos. embalagem plástica flexível, atóxica, resistente, transparente, rotulada, constando obrigatoriamente carimbos do sif, sie ou sim, com identificação do produto. <b>(Cota destinada à ampla concorrência)</b>	31,69	118.837,50	DISPENSADA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA
22	2000	KG	<b>CARNE DE FRANGO, TIPO COXA E SOBRECORA</b> , sem dorso e sem sambiquira, congelada, consistência firme não amolecida, odor e cor característicos, não deve apresentar formações de cristais de gelo, penas e penugens, perfurações, coágulos e queimaduras por congelamento, embalagem de polietileno resistente, com marca do fabricante do produto e registro no órgão de inspeção sanitária (sif), validade mínima de 6 meses após a data de entrega. <b>(Cota de participação exclusiva para ME e EPP)</b>	10,26	20.520,00	DISPENSADA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA
23	6000	KG	<b>CARNE DE FRANGO, TIPO COXA E SOBRECORA</b> , sem dorso e sem sambiquira, congelada, consistência firme não amolecida, odor e cor característicos, não deve apresentar formações de cristais de gelo, penas e penugens, perfurações, coágulos e queimaduras por congelamento, embalagem de polietileno resistente, com marca do fabricante do produto e registro no órgão de inspeção sanitária (sif), validade mínima de 6 meses após a data de entrega. <b>(Cota destinada à ampla concorrência)</b>	10,26	61.560,00	DISPENSADA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA
24	1500	KG	<b>CARNE DE FRANGO, TIPO FILÉ SASSAMI</b> , sem pele e sem osso, cor rosa claro, consistência firme, sem adição de sal e temperos. acondicionada em embalagem plástica transparente atóxica, provenientes de estabelecimento inspecionado pelo serviço de inspeção federal(sif), sem contaminante e no máximo 3 % de aponevroses.	20,16	30.240,00	DISPENSADA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA
25	3800	KG	<b>CARNE SUÍNA TIPO PALETA</b> , sem pele, sem osso, cartilagens e pelos. Corta em cubos e congelada. Embalagens rotuladas, constando obrigatoriamente carimbos do sif, sie ou sim, com identificação do produto. Embalagem plástica flexível, atóxica, resistente, transparente.	18,91	71.858,00	DISPENSADA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA
26	1500	KG	<b>CEBOLA</b> , em cabeça de 1ª qualidade, branca, tamanho médio a grande, íntegra, consistência firme, sem indícios de germinação, livre de fungos e sujidades.	7,40	11.100,00	DISPENSADA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA





# Prefeitura Municipal de Nova Aurora Estado do Paraná

CNPJ 76.208.859/0001-52

**Capital Paranaense da Tilápia**

Lei nº 19042, 12 de junho de 2017

**Capital Nacional da Tilápia**

Lei nº 13961, 19 de dezembro de 2019



27	800	KG	<b>CENOURA</b> , de 1ª qualidade, tamanho médio a grande, íntegra, consistência firme, casca lisa, sem indícios de germinação, livre de fungos e sujidades.	7,34	5.872,00	DISPENSADA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA
28	500	PCT	<b>CHÁ DE ERVA DOCE</b> , com aspecto, cor, odor e sabor próprios. isento de sujidades, parasitas, materiais terrosos e detritos de animais ou vegetais, embalagem mínima de 10 g, validade mínima de 6 meses após a data de entrega.	5,06	2.530,00	DISPENSADA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA
29	500	PCT	<b>CHÁ DE FLOR DE CAMOMILA</b> , com aspecto, cor, odor e sabor próprios. isento de sujidades, parasitas, materiais terrosos e detritos de animais ou vegetais, embalagem mínima de 10 g, validade mínima de 6 meses após a data de entrega.	4,96	2.480,00	DISPENSADA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA
30	1000	PCT	<b>CHÁ MATE TRADICIONAL</b> , embalagem com 250g, devidamente rotulado conforme legislação vigente, com número de registro do produto no órgão competente validade mínima de 6 meses.	9,10	9.100,00	DISPENSADA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA
31	400	UN	<b>COLORÍFICO</b> , em pó fino, homogêneo, acondicionada em embalagem de 500g devidamente rotulado conforme legislação vigente, com número de registro do produto no órgão competente, validade mínima de 6 meses após a data de entrega.	8,36	3.344,00	Torre/ Beija Flor/ Geriba/ Zaeli/Sinhá
32	1800	UN	<b>EXTRATO DE TOMATE CONCENTRADO</b> , sem pele e semente. não pode conter açúcar, sal e conservantes em sua composição. Embalagem sachê contendo mínimo de 300g, rótulo com informação nutricional por porção, prazo de validade e lote.	5,74	10.332,00	Fugini / Bonare / Predilecta
33	400	PCT	<b>FARINHA DE TRIGO INTEGRAL</b> , tipo I, acondicionada em embalagem resistente, contendo 1kg devidamente rotulada de acordo com a legislação vigente. Deverá apresentar no momento da entrega no mínimo 06 meses de validade.	6,51	2.604,00	Consolata/Sol/ Coamo/Anaconda/Renata
34	800	PCT	<b>FARINHA DE TRIGO</b> , branca, tipo 1, enriquecida com ferro e ácido fólico. aspecto, cor, odor e sabor próprios. isenta de sujidades, parasitas, materiais terrosos e detritos de animais ou vegetais. embalagem de 5 kg, validade mínima de 4 meses após a data de entrega.	20,73	16.584,00	Consolata/Sol/Coamo/ Anaconda/André
35	2200	PCT	<b>FEIJÃO CARIOCA</b> , especial, tipo 1, novo, com cor clara, grãos inteiros, limpos e secos, acondicionados em embalagem plástica atóxica, transparente, termossoldada, resistente e devidamente rotulado conforme legislação vigente, com peso líquido de 1 kg, validade mínima de 6 meses e empacotamento não superior a 30 dias da entrega do produto.	9,90	21.780,00	Itasa/Leduan/Atenas/ Sabor Sul
36	300	UN	<b>FERMENTO BIOLÓGICO SECO</b> , instantâneo, para preparo de pães em geral, embalagem de 125g.	9,76	2.928,00	Fleischmann/ Dr. Oetker/ Dona Benta / Saf Instant / Apti
37	400	UN	<b>FERMENTO EM PÓ QUÍMICO</b> , embalagem de 250 g.	9,86	3.944,00	Royal/ Dr. Oetker / Apti / Dona Benta / Trisanti
38	200	PCT	<b>FILÉ DE TILÁPIA</b> , devidamente embalado e congelado, pacote contendo 2 KG. <b>(Cota de participação exclusiva para ME e EPP)</b>	114,80	22.960,00	DISPENSADA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA
39	600	PCT	<b>FILÉ DE TILÁPIA</b> , devidamente embalado e congelado, pacote contendo 2 KG. <b>(Cota destinada à ampla concorrência)</b>	114,80	68.880,00	DISPENSADA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA
40	8000	KG	<b>LARANJA PÊRA</b> , tamanho médio, com coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estar em perfeitas condições de conservação e maturação.	6,02	48.160,00	DISPENSADA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA
41	60	UN	<b>LEITE DE VACA INTEGRAL EM PÓ</b> , instantâneo,	17,64	1.058,40	Frimesa / Glória / Aurora /



# Prefeitura Municipal de Nova Aurora

## Estado do Paraná

CNPJ 76.208.859/0001-52

**Capital Paranaense da Tilápia**

Lei nº 19042, 12 de junho de 2017

**Capital Nacional da Tilápia**

Lei nº 13961, 19 de dezembro de 2019



			contendo leite integral e mix de minerais ferro, zinco e vitaminas A, C e D. Isento de gorduras trans. Embalagem aluminizada com 400 gramas.			Piracanjuba / Ilolay / Itambé / Italcac
42	150	UN	<b>LEITE EM PÓ INTEGRAL - SEM LACTOSE</b> , embalagem em saco de polietileno aluminizado, limpos, não violados, resistentes, deve conter os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número do lote, data de validade, quantidade do produto e número do registro, embalagem de 260g a 380g.	24,42	3.663,00	Nestlé / Itambé/CCGL/Parmalat / Itambé
43	5000	UN	<b>LEITE PASTEURIZADO</b> , padronizado, (3% de gordura), acondicionado em embalagem plástica contendo 1 litro, com registro no ministério da agricultura ou no serviço de inspeção estadual. O produto deverá ter validade não inferior a 5 dias da data de fabricação, a embalagem deverá conter dados do produto, informações do fabricante, data de fabricação e prazo de validade. <b>(Cota de participação exclusiva para ME e EPP)</b>	6,69	33.450,00	DISPENSADA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA
44	15000	UN	<b>LEITE PASTEURIZADO</b> , padronizado, (3% de gordura), acondicionado em embalagem plástica contendo 1 litro, com registro no ministério da agricultura ou no serviço de inspeção estadual. O produto deverá ter validade não inferior a 5 dias da data de fabricação, a embalagem deverá conter dados do produto, informações do fabricante, data de fabricação e prazo de validade. <b>(Cota destinada à ampla concorrência)</b>	6,69	100.350,00	DISPENSADA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA
45	600	UN	<b>LEITE UHT INTEGRAL DE VACA COM 0% LACTOSE</b> , com informações nutricionais, embalagem tetra pak de 1 litro, registro no ministério da agricultura, validade mínima de 6 meses após a data de entrega.	6,50	3.900,00	DISPENSADA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA
46	2500	KG	<b>MAÇÃ FUJI/GALA</b> , fresca, limpa, c/ coloração própria e livre de danos mecânicos e em perfeitas condições de conservação. <b>(Cota de participação exclusiva para ME e EPP)</b>	9,36	23.400,00	DISPENSADA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA
47	7500	KG	<b>MAÇÃ FUJI/GALA</b> , fresca, limpa, c/ coloração própria e livre de danos mecânicos e em perfeitas condições de conservação. <b>(Cota destinada à ampla concorrência)</b>	9,36	70.200,00	DISPENSADA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA
48	100	PCT	<b>MACARRÃO CABELO DE ANJO</b> (ALETRIA/FIOS DE OURO): Massa com ovos e farinha de trigo) enriquecida com ferro e ácido fólico e corantes naturais (urucum e cúrcuma), zero gordura trans. Isento de qualquer substância estranha e nociva. Embalagem plástica transparente, atóxica, pacote de 500g.	5,84	584,00	DISPENSADA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA
49	500	PCT	<b>MACARRÃO TIPO LETRINHAS</b> , (ALFABETO), com ovos, pacote de 500g.	5,53	2.765,00	DISPENSADA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA
50	1400	PCT	<b>MACARRÃO TIPO ESPAGUETE N 8</b> , de sêmola com trigo, pacote de 1 kg.	8,58	12.012,00	Galo/Todeschini/ Ninfa / Renata /Liane
51	1400	PCT	<b>MACARRÃO TIPO AVE MARIA</b> , de sêmola, pacote de 500g.	5,04	7.056,00	Galo/Parati/ Renata Liane/ Ninfa
52	1800	PCT	<b>MACARRÃO TIPO PARAFUSO DE SÊMOLA</b> , tricolor, pacote de 500g.	5,98	10.764,00	Galo/ Renata / Parati
53	150	PCT	<b>MACARRÃO TIPO PARAFUSO INTEGRAL</b> , de sêmola, pacote de 500g.	6,65	997,50	Galo/ Renata / Parati
54	6000	KG	<b>MAMÃO TIPO FORMOSA</b> , com coloração própria,	7,97	47.820,00	DISPENSADA



# Prefeitura Municipal de Nova Aurora

## Estado do Paraná

CNPJ 76.208.859/0001-52

**Capital Paranaense da Tilápia**

Lei nº 19042, 12 de junho de 2017

**Capital Nacional da Tilápia**

Lei nº 13961, 19 de dezembro de 2019



			livres de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estarem em perfeitas condições de conservação e maturação.			APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA
55	400	KG	<b>MANGA TOMMY</b> , de primeira qualidade, com tamanho médio padronizado, frescas, inteiras e sãs.	7,80	3.120,00	DISPENSADA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA
56	300	UN	<b>MANTEIGA COM SAL 0 LACTOSE</b> , contendo creme de leite, cloreto de sódio, enzima lactose e corante natural urucum. Embalagem: pote contendo 200g, com registro no ministério da agricultura e SIF.	15,86	4.758,00	DISPENSADA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA
57	1300	UN	<b>MANTEIGA COM SAL</b> , embalagem de 500g, contendo identificação do produto, data de fabricação e validade, lote e registro no ministério da agricultura. validade mínima de 4 meses após a data de entrega. a embalagem com dados do produto.	27,36	35.568,00	DISPENSADA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA
58	7000	KG	<b>MELANCIA</b> , de 1ª qualidade, com coloração uniforme, selecionado com polpa firme e intacta, devendo ser maduro e entre maduro, sem danos físicos oriundos do manuseio e transporte.	4,59	32.130,00	DISPENSADA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA
59	3000	KG	<b>MELÃO</b> , de 1ª qualidade, com coloração uniforme, selecionado com polpa firme e intacta, devendo ser maduro e entre maduro, sem danos físicos oriundos do manuseio e transporte.	7,69	23.070,00	DISPENSADA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA
60	700	POTE	<b>NATA</b> - pote com 300g	13,55	9.485,00	Frimesa/ Santa Clara/Lacto Bom
61	2000	UN	<b>ÓLEO DE SOJA REFINADO</b> , validade mínima de 6 meses após a data de entrega, embalagem de 900ml.	7,18	14.360,00	DISPENSADA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA
62	350	UN	<b>ÓLEO REFINADO DE MILHO</b> , validade mínima de 6 meses após a data de entrega, embalagem de 900ml.	14,21	4.973,50	DISPENSADA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA
63	100	UN	<b>ORÉGANO DESIDRATADO</b> , acondicionado em embalagem plástica transparente, atóxico, resistente e hermeticamente vedado com 100g, com dizeres de rotulagem, data de fabricação, conforme legislação vigente.	8,72	872,00	DISPENSADA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA
64	1800	DUZ	<b>OVOS VERMELHOS</b> , ovo de galinha, fresco, com superfície lisa e limpa, casca inteira e sem brilho, sem deformações, sangue, fezes ou rachaduras e totalmente intactos. deverão ser de tamanho grande com peso aceitável de 60g a 65g, validade mínima de 21 dias após a data de entrega.	12,03	21.654,00	DISPENSADA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA
65	3500	UN	<b>PÃO CASEIRO INTEGRAL</b> , com fermento natural, peso entre 500 e 700g.	11,36	39.760,00	DISPENSADA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA
66	1500	KG	<b>PÃO FRANCÊS</b> , com no mínimo 50g, feito no dia da entrega. Não serão aceitos pães amanhados, duros, queimados, crus ou embatumados ou fora do peso estabelecido, podendo ser recusados no ato da entrega.	15,41	23.115,00	DISPENSADA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA
67	2000	UN	<b>PÃO INTEGRAL FATIADO</b> , peso aproximado de 500 gramas, apresentando a superfície lisa, macia e brilhante, não quebradiça, miolo consistente. Embalagens de saco polietileno atóxico, contendo data de fabricação, validade e dados do fornecedor.	11,78	23.560,00	DISPENSADA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA
68	800	KG	<b>PEPINO SALADA</b> , fresco, limpo, tamanho médio, c/ coloração própria e livres de danos mecânicos.	5,47	4.376,00	DISPENSADA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA
69	100	KG	<b>PÊRA</b> , de primeira, com aspecto, cor, cheiro e sabor próprios, com polpa firme e intacta.	12,52	1.252,00	DISPENSADA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA
70	400	PCT	<b>POLPA DE MARACUJÁ</b> , embalagem de 1kg.	38,81	15.524,00	DISPENSADA





# Prefeitura Municipal de Nova Aurora Estado do Paraná

CNPJ 76.208.859/0001-52

**Capital Paranaense da Tilápia**

Lei nº 19042, 12 de junho de 2017



**Capital Nacional da Tilápia**

Lei nº 13961, 19 de dezembro de 2019

						APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA
71	300	PCT	<b>POLVILHO AZEDO</b> , contendo somente polvilho como ingrediente. Acondicionado em embalagem de 500g, devidamente rotulado conforme legislação vigente, contendo marca, número de registro do produto no órgão competente, validade mínima de 6 meses.	6,68	2.004,00	DISPENSADA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA
72	300	PCT	<b>POLVILHO DOCE</b> , contendo somente polvilho como ingrediente. Acondicionado em embalagem de 500g, devidamente rotulado conforme legislação vigente, contendo marca, número de registro do produto no órgão competente, validade mínima de 6 meses.	6,85	2.055,00	DISPENSADA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA
73	2000	KG	<b>REPOLHO VERDE</b> , de 1ª qualidade, com folhas íntegras, sem partes moles, não amarelado ou murcho, tamanho médio, aroma e cor característicos e com boa apresentação.	5,95	11.900,00	DISPENSADA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA
74	750	PCT	<b>SAL REFINADO</b> , iodado, acondicionado em embalagem de 1 kg, devidamente rotulado conforme legislação vigente, contendo marca, número de registro do produto no órgão competente, validade mínima de 6 meses.	3,22	2.415,00	DISPENSADA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA
75	2500	KG	<b>TOMATE</b> , especial, de 1ª qualidade, tamanho médio a grande, íntegro, consistência firme, casca lisa, livre de fungos e sujidades.	9,04	22.600,00	DISPENSADA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA
76	100	UN	<b>UVA PASSA PRETA ou BRANCA</b> , sem semente, desidratada livre de fungos, embalagem hermeticamente fechada e rotulada conforme a legislação vigente. Embalagem de 200g.	10,76	1.076,00	DISPENSADA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA
77	700	UN	<b>VINAGRE DE ÁLCOOL</b> (fermentado acético de álcool, hidratado), embalagem de 750ml, validade mínima de 6 meses após a data de entrega.	4,57	3.199,00	DISPENSADA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA

**6.2.** O valor máximo para esta licitação é **R\$ 1.628.173,80** (um milhão, seiscentos e vinte e oito mil, cento e setenta e três reais e oitenta centavos).

**6.3.** Os preços de referência foram calculados através da metodologia de **Média**, apurada em pesquisa ampla de mercado, a saber: pesquisa direta com potenciais fornecedores mediante pedido formal de cotação, onde a escolha foi realizada pelo setor requisitante com fornecedores que já forneceram e/ou fornecem para a municipalidade, como também com aqueles que já participaram de licitações no ente, e ainda, em sistema de “banco de preços públicos”, baseado em resultados de licitações adjudicadas/homologadas através da plataforma *Banco de Preços* [<https://www.bancodeprecos.com.br/>]; oriundas por contratações de outros entes igualmente idôneos, tais como: aquisições oriundas de plataformas de divulgação oficiais de governo, [[http://comprasnet.gov.br/aceso.asp?url=/ConsultaLicitacoes/ConsLicitacao\\_Filtro.asp](http://comprasnet.gov.br/aceso.asp?url=/ConsultaLicitacoes/ConsLicitacao_Filtro.asp)]; e também [<https://bll.org.br/editais>]; e por fim foi utilizado inclusive parâmetros de pesquisas em “mídia especializada” como em portais de vendas de empresas especializadas no ramo, disponíveis em seus sítios eletrônicos. E ainda através do Aplicativo Menor Preço Nota Paraná [<https://menorpreco.notaparana.pr.gov.br/app>]. A pesquisa para a formação da cesta de preços, foi realizada em estrita observância ao **art. 23º** da Lei nº 14.133/2021 e **Decreto Municipal nº 110/2023**.

**6.4.** Justifica-se para a composição do preço de referência, a adoção da metodologia de cálculo pelo critério de **Média**, pois o conjunto de dados foram dispostos de forma homogênea, visto que os valores extremos, principalmente aqueles preços que se revelaram evidentemente fora da média de mercado em comparação aos demais, como valores inexecutáveis, inconsistentes e os excessivamente elevados, não foram para o cômputo do mapa de cotações, evitando assim distorções no custo médio apurado.

**6.5.** Assim, formou-se a multiplicidade de fontes de pesquisa para aferição do valor máximo a ser aceito para o objeto, com a formação da cesta de preços aceitáveis, de autoria do servidor efetivo Sr.





Alexandre Kimura.

**6.6.** Os produtos deverão obedecer às normas e padrões da Legislação Vigente e atender às finalidades que dele naturalmente se espera, conforme determina o Código de Defesa do Consumidor.

## **7. DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

**7.1.** O processo de aquisição do objeto envolverá a seleção de fornecedores por meio de processo licitatório, conforme legislação vigente. Após a seleção, os fornecedores deverão entregar os bens ou prestar os serviços contratados, de acordo com os prazos e condições estabelecidos no Contrato/Ata de Registro de Preços.

**7.2.** A aquisição deste objeto permitirá o atendimento nutricional para as crianças e adolescentes que fazem parte da rede municipal de ensino, a partir do fornecimento dos alimentos para composição da merenda, de forma pensada de acordo com as necessidades nutricionais de alunos de diferentes faixas etárias.

**7.3.** As entregas serão realizadas semanalmente e conforme quantitativos a serem estabelecidos, podendo variar de um pedido para outro, dados os cardápios que serão elaborados com auxílio das nutricionistas da Secretaria Municipal de Educação. Outro fato que torna necessário que sejam feitos pedidos parciais é que boa parte dos produtos são de natureza perecível, evitando assim desperdício de alimentos e visando também a manutenção do fornecimento de alimentos frescos.

**7.4.** A adoção do Sistema de Registro de Preços, com adjudicação individual por item, é a solução mais viável dada a necessidade de aquisições eventuais e de forma parcelada, cujos quantitativos são difíceis de prever. Além de evitar o dispêndio desnecessário de recursos públicos em tais materiais, adquirindo apenas o necessário de acordo com a demanda pontual do órgão público.

## **8. DO LOCAL, HORÁRIO E PRAZOS PARA ENTREGA/EXECUÇÃO**

**8.1.** Constatada a necessidade dos produtos, o Departamento de Compras, procederá a emissão da Solicitação de Fornecimento (SF), observando-se as condições estabelecidas no edital e seus anexos, na legislação vigente, e na proposta da Contratada, relacionando-se o objeto pretendido e sua quantidade (conforme demanda do órgão), bem como os respectivos preços contratados. O prazo para entrega será de **5 (cinco) dias úteis**, contados a partir do envio da SF:

**8.1.1.** Os pedidos serão, sempre que possíveis, realizados em periodicidade SEMANAL, portanto, as empresas que possuam interesse em participar da licitação, devem ter ciência de tal periodicidade e da necessidade do cumprimento do prazo de entrega em sua totalidade.

**8.2.** Os produtos deverão ser entregues nos endereços discriminados na Solicitação de Fornecimento, podendo ser:

Local	Endereço	Horário de atendimento
Escola Municipal Fernando Esser – Educação Infantil e Ensino Fundamental	Rua Brasil, nº 318, centro, CEP: 85410-000, Nova Aurora-PR.	08 às 11:30 e 13 às 17h.
Escola Municipal Eugênio Mezzon – Educação Infantil, Ensino Fundamental	Rua Melissa, nº 303, centro, CEP: 85410-000, Nova Aurora-PR.	08 às 11:30 e 13 às 17h.
Escola Municipal Santos Dumont – Educação Infantil e Ensino Fundamental	Rua Pará, nº 813, centro, CEP: 85410-000, Nova Aurora-PR.	08 às 11:30 e 13 às 17h.
Pré Escola Municipal Pequeno Cidadão – Educação Infantil	Rua Manaus, nº 1000 – Conj. Vereador Altamiro Matias do Amaral, CEP: 85410-000, Nova Aurora-PR.	08 às 11:30 e 13 às 17h.
Escola Municipal Custódia Colbacho Tragueta – Educação Infantil e	Avenida João Goulart, nº 40, Distrito de Palminópolis-PR.	08 às 11:30 e 13 às 17h.



Ensino Fundamental		
Escola Municipal José Henrique da Silva – Educação Infantil e Ensino Fundamental	Rua Londrina, s/nº – Distrito de Marajó-PR.	08 às 11:30 e 13 às 17h.
Centro Municipal de Educação Infantil Criança Feliz – Nova Aurora	Rua São Jorge, nº 57, centro, CEP: 85410-000, Nova Aurora-PR.	08 às 11:30 e 13 às 17h.
Centro Municipal de Educação Infantil Domingos Ribeiro Dias	Avenida JK, s/nº - Distrito de Palminópolis-PR.	08 às 11:30 e 13 às 17h.
Centro Municipal de Educação Infantil Padre Palmiro Finato	Avenida Paraná, s/nº - Vila São Roque, CEP: 85410-000, Nova Aurora-PR.	08 às 11:30 e 13 às 17h.
Apae – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Nova Aurora	Avenida Gonçalves Dias, nº 354, centro, CEP: 85410-000, Nova Aurora-PR.	08 às 11:30 e 13 às 17h.

**8.3.** Juntamente com a entrega dos produtos, a contratada deverá entregar a Nota Fiscal para pagamento, a qual deverá ser emitida de acordo com as informações contidas na SF (quantidade, valor unitário, valor total). Além disso, a Nota Fiscal deverá ser compatível com os produtos, não podendo ser fracionada em relação a quantidade ou produto solicitado via SF.

**8.4.** O não cumprimento do disposto nos itens anteriores do presente termo acarretará na aplicação das penalidades previstas no edital (notificação extrajudicial, processo administrativo, entre outros) e a consequente convocação do fornecedor subsequente considerando a ordem de classificação do certame.

**8.5.** A Solicitação de Fornecimento será enviada pelo Departamento de Compras através de e-mail, àquele informado na proposta da vencedora, e a data deste envio será a referência para o prazo de entrega estipulado no presente termo. Para tanto, os fornecedores deverão manter as informações de seu cadastro atualizadas junto ao Departamento de Compras do Município, e a confirmação de seu recebimento deverá ser manifestada dentro de 24 horas. A alegação do não recebimento da Solicitação de Fornecimento não será aceita como justificativa para a recusa da entrega do material.

**8.6.** O e-mail cadastrado e informado pela fornecedora será considerado como meio formal de comunicação, inclusive para fins de NOTIFICAÇÃO PRÉVIA em caso de inadimplemento contratual, sendo que a mera comprovação do envio do mesmo por parte do Município, será suficiente para a demonstração da mora da fornecedora, se constituindo em instrumento hábil à deflagração de procedimento administrativo destinado à aplicação das penalidades previstas em lei, no edital e no instrumento contratual.

**8.7.** A administração rejeitará, no todo ou em parte, o fornecimento executado em desacordo com os termos do Edital e seus anexos.

## **9. DO RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO**

**9.1.** Os itens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

**9.2.** O município reserva-se o direito de não receber o objeto fornecido que não estiver em conformidade com as exigências apresentadas no Edital, Termo de Referência e instrumento contratual.

**9.3.** Os itens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 1 dia corrido, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.



**9.4.** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

**9.5.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato/ata.

## **10. DO PAGAMENTO**

**10.1.** O pagamento será efetuado no prazo de até 30 dias corridos, contados do recebimento da Nota Fiscal pelo Fiscal do Contrato/Ata de Registro de Preços. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

**10.2.** A NF deverá ser emitida obrigatoriamente com o número de CNPJ e demais dados da empresa participante, conforme documentação apresentada, bem como deve conter o nº da licitação, nº do contrato/ata de registro de preços e nº da Solicitação de Fornecimento.

**10.3.** O faturamento deverá ser realizado em nome do **MUNICÍPIO DE NOVA AURORA, CNPJ nº 76.208.859/0001-52, Rua São João, nº 354, CEP 85.410-000, Nova Aurora, Paraná.**

**10.4.** Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

**10.4.1.** o prazo de validade;

**10.4.2.** a data da emissão;

**10.4.3.** os dados do contrato/ata de registro de preços e do órgão contratante;

**10.4.4.** o período respectivo de execução;

**10.4.5.** o valor a pagar; e

**10.4.6.** eventuais descontos de valores referentes a retenções tributárias aplicáveis.

**10.5.** Para liberação do pagamento à empresa, as notas fiscais deverão ser entregues/enviadas acompanhadas de:

**10.5.1.** prova de regularidade com a **Fazenda Federal**, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

**10.5.2.** prova de regularidade para com o **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)**;

**10.5.3.** prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

**10.6.** A não apresentação dos documentos exigidos no subitem anterior, implicará, na suspensão do pagamento das faturas até a satisfação total das exigências.

**10.7.** Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

**10.8.** No caso de atraso no pagamento pelo Contratante, os valores devidos ao contratado deverão ser acrescidos de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

- $I = (TX / 100) / 365$
- $EM = I \times N \times VP$ , onde:
- I = Índice de atualização financeira;
- TX = Taxa de juros de mora anual;
- EM = Encargos moratórios;



- N = N° de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;
- VP = Valor da parcela em atraso.

**10.9.** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela detentora/contratada em sua proposta atualizada.

**10.10.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**10.11.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**10.12.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**10.13.** A empresa regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

**10.14.** A detentora fica obrigada a constar no corpo ou rodapé quando das emissões das notas fiscais, informação relativo ao regime tributário de enquadramento ao simples nacional, se for o caso, caso não seja optante ao regime, estas deverão vir indicadas de percentual de alíquota e o valor de retenção do Imposto de Renda (IR), para que essa municipalidade possa proceder com a retenção obrigatória de competência municipal do Imposto de Renda na fonte, com base na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, observando as disposições do Decreto Municipal nº 376/2023, disponível em:

[https://www.controlemunicipal.com.br/inga/sistema/arquivos/111/280823141925\\_decreto3762023\\_pdf.pdf](https://www.controlemunicipal.com.br/inga/sistema/arquivos/111/280823141925_decreto3762023_pdf.pdf).

## **11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**11.1.** Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à: quantidade, marca, fabricante, valores, isenções, entre outros, conforme o caso.

**11.2.** Realizar a entrega do objeto utilizando-se de transporte, ferramentas, materiais e mão de obra próprios e/ou às suas custas, salvo quando a especificação do objeto explicitamente constar de forma diferente.

**11.3.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

**11.4.** O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, às suas expensas, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, o produto com avarias ou defeitos ou com prazo de validade diversa ao exigido no presente Termo.

**11.5.** Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação.

**11.6.** Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

**11.7.** Manter, durante toda a vigência do Contrato/Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**11.8.** Manter, durante toda a vigência do Contrato/Ata de Registro de Preços, seus dados atualizados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme legislação vigente.

**11.9.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

**11.10.** Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições





autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de ata de registro de preços.

**11.11.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

**11.12.** Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do fornecimento.

**11.13.** A empresa fornecedora de itens onde esteja atrelada a necessidade de prática de logística reversa, deverá realizá-la através do recolhimento e correta destinação de tais produtos, de acordo com as práticas e políticas de sustentabilidade ambiental previstas em lei e normativas pertinentes.

## **12. DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO**

**12.1.** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste edital e seus anexos, disponibilizando local, data e horário.

**12.2.** Acompanhar o fornecimento, podendo recusá-lo caso não esteja de acordo com as normas e exigências presentes no Edital e no Termo de Referência.

**12.3.** Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do fornecimento para com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;

**12.4.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

**12.5.** Promover, através do fiscal indicado, o acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à fornecedora e à Administração, as ocorrências que exijam, a seu ver, medidas corretivas por parte daquela.

**12.6.** Comunicar a Contratada, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção.

**12.7.** Efetuar o pagamento a Contratada, no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste edital e seus anexos

**12.8.** Efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pelo Contratado, no que couber

**12.9.** Ressarcir a Contratada, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização.

**12.10.** Adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência.

**12.11.** Emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato.

**12.12.** Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada.

## **13. DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

**13.1.** As boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios e menor poluição se pautam em alguns pressupostos e exigências, que deverão ser observados pela Contratada, que deverá fazer uso racional do consumo de energia e água, sempre que possível, adotando medidas para evitar o desperdício, além das seguintes medidas, conforme o caso aplicável:



- a) Colaborar com as medidas de redução de consumo e uso racional da água,
- b) Dar preferência à aquisição e uso de equipamentos e complementos que promovam a redução do consumo de água e que apresentem eficiência energética e redução de consumo.
- c) Repassar a seus empregados todas as orientações referentes à redução do consumo de energia e Água;
- d) Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução dos serviços, quando for o caso;
- e) Proporcionar treinamento periódico aos empregados sobre práticas de sustentabilidade, em especial sobre redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e destinação de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;
- f) Proibir quaisquer atos de preconceito de raça, cor, sexo, crenças religiosas, orientação sexual ou estado civil na seleção de colaboradores no quadro da empresa;
- g) Conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços, como exige a Lei nº 9.985/00;
- h) Destinar de forma ambientalmente adequada todos os materiais e/ou insumos que forem utilizados pela empresa na prestação dos serviços, inclusive os potencialmente poluidores, tais como, pilhas, baterias, lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis, pneumáticos inservíveis, produtos e componentes eletroeletrônicos que estejam em desuso e sujeitos à disposição final, considerados lixo tecnológico;
- i) Priorizar a aquisição de bens que sejam constituídos por material renovável, reciclado, atóxico ou biodegradável;
- j) Colaborar para a não geração de resíduos e, secundariamente, a redução, a reutilização, a reciclagem, o tratamento dos resíduos sólidos e a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

#### **14. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

**14.1.** As despesas provenientes deste processo correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão	Unidade	Funcional	Natureza da despesa	Código da despesa	Fonte
06	009	12.306.0010.2.271	3.3.90.32.00.00.00.00	395	000
06	009	12.306.0010.2.272	3.3.90.32.00.00.00.00	396	000
06	009	12.306.0010.2.273	3.3.90.32.00.00.00.00	397	000
06	009	12.306.0010.2.274	3.3.90.32.00.00.00.00	398	000

#### **15. DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**15.1.** A Ata de Registro de Preços terá vigência de **12 (doze) meses**, contados da data de publicação do extrato no Diário Oficial Municipal, podendo ser prorrogada por igual período, conforme Lei 14.133/21 e Decreto Municipal 505/2023, desde que comprovado o preço vantajoso.

#### **16. DO REAJUSTE DOS PREÇOS**

**16.1.** Os preços inicialmente contratados/registrados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em **12/03/2024**.

**16.2.** O preço registrado poderá ser atualizado, a pedido do FORNECEDOR, a cada 12 (doze) meses, contados da data do orçamento estimado da licitação, adotando-se, para tanto, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA) como índice de reajustamento de preço.

**16.3.** O reajuste será concedido mediante apostilamento, conforme o art. 136 da Lei n.º 14.133/21.



16.4. Não serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura.

## **17. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

17.1. A gestão do fornecimento caberá a servidora **Gevaine Debora Brustolin Lima**, Secretária de Educação e Cultura, que deverá coordenar as atividades relacionadas a fiscalização, bem como aos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção dos contratos, dentre outros.

17.2. A fiscalização da Ata de Registro de Preços caberá ao(s) servidor(es) servidoras **Hélida Patrícia Dadalto do Nascimento Grigio** e **Angélica dos Santos Perbelin**, ambas atuantes como nutricionistas da Secretaria Municipal de Educação, que deverá realizar o acompanhamento do contrato com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e avaliar se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação ou execução do objeto estão compatíveis com os indicadores estipulados no edital, para efeito de pagamento conforme o resultado pretendido pela Administração e o monitoramento dos aspectos administrativos exclusivamente dos contratos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como quanto às providências tempestivas nos casos de inadimplemento.

17.3. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da empresa pelos danos causados ao município ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos, conforme art. 120 da Lei 14.133/21.

17.4. O(s) fiscal(is) do instrumento contratual anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do fornecimento, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos ao gestor do contrato/ata de registro de preços para ciência e posterior encaminhamento para autoridade competente para as providências cabíveis.

17.5. As comunicações, notificações, interpelações ou esclarecimentos relativos à fiscalização ou execução do contrato poderão se dar por intermédio do e-mail informado pela licitante na proposta, cabendo à vencedora manter o cadastro atualizado para tal finalidade, salientando ainda que os prazos serão considerados pela administração à partir da data do envio da mensagem independente de recibo ou confirmação de leitura.

17.6. Compete ao gestor e ao(s) fiscal(is) do contrato/ata de registro de preços conhecer as normas, as regulamentações e os padrões estabelecidos pela Secretaria de Administração Geral, Órgão de Controle Interno e demais legislações correlatas, quanto às suas atribuições e responsabilidades.

## **18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

18.1. O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal 14.133, de 2021, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

18.2. O licitante ou o contratado, será responsabilizado administrativamente, nos termos da lei, pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial ou total do contrato/ata de registro de preços;
- b) deixar de entregar a documentação exigida;
- c) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- d) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- e) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- f) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração



falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

- g)** fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- h)** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- i)** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- j)** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**18.3.** A Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou contratados as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civis e criminais:

- a)** advertência;
- b)** multa;
- c)** impedimento de licitar e contratar;
- d)** declaração de idoneidade para licitar ou contratar.

**18.4.** A sanção será aplicada mediante a natureza, a gravidade e a reprovabilidade da infração cometida, assim, a Administração considerará:

- a)** a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b)** as peculiaridades do caso concreto;
- c)** as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d)** os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e)** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**18.5.** A advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei 14.133/21, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

**18.6.** A multa não será inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/21.

**18.6.1.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente;

**18.6.2.** Na aplicação de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

**18.7.** É cabível a aplicação de multa cumulativamente com todas as outras sanções dispostas nos incisos do artigo 156 da Lei 14.133/21.

**18.8.** Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei 14.133/21.

**18.9.** A aplicação das sanções não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

**18.10.** As sanções por atos praticados no decorrer da contratação (ou do registro de preços) estão previstas na minuta da Ata de Registro de Preços/Contrato.





**(IMPRIMIR EM PAPEL TIMBRADO OU INSERIR CABEÇALHO COM CNPJ E ENDEREÇO)**

**ANEXO II**

**MODELO**

**PROPOSTA PREGÃO ELETRÔNICO Nº \_\_\_\_/2024**

<b>Razão Social:</b>		<b>CNPJ:</b>
<b>Endereço/nº:</b>		<b>Bairro:</b>
<b>Cidade:</b>	<b>Estado/UF:</b>	<b>CEP:</b>
<b>Telefone/Celular: ( )</b>		<b>E-mail:</b>
<b>Banco:</b>	<b>Agência:</b>	<b>Conta corrente:</b>

A empresa nomeada acima, através do seu(sua) representante legal, Sr(a). \_\_\_\_\_, vem apresentar a sua proposta de preços, referente ao **Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/2024**, conforme abaixo relacionado:

Item	Qtd.	Und.	Descrição do produto/serviço	Marca	V. Unit.	V. Total
1						
...						

**Valor total da proposta:** R\$ xx.xxx,xx (valor por extenso).

Declaramos também que:

- 1) Nos preços ofertados já estão inclusos os tributos, fretes, taxas, seguros, encargos sociais, trabalhistas e todas as demais despesas necessárias à execução do objeto;
- 2) O prazo de validade da presente proposta é de \_\_\_\_ (\_\_\_\_) dias, a contar da presente data.
- 3) O(s) local(is), horários e prazos de execução do objeto, será conforme item 5. do Anexo I – Termo de Referência do Edital.
- 4) O prazo de pagamento é de até 30 (trinta) dias, a contar a partir da data da nota fiscal e constatação de que o objeto foi devidamente recebido, em conformidade com as especificações do Edital, Termo de Referência e instrumento contratual;
- 5) Declaro para os devidos fins que aceito todas as condições do presente Pregão, responsabilizando-me por esta proposta e pelo cumprimento de todas as legislações pertinentes.
- 6) Se vencedor da licitação, o seguinte representante legal assinará o instrumento contratual:

<b>Nome:</b>	<b>CPF:</b>	<b>RG:</b>
<b>Endereço/nº:</b>	<b>Bairro:</b>	
<b>Cidade:</b>	<b>Estado/UF:</b>	<b>CEP:</b>

- 7) Contato para envio de Solicitações/Pedidos, bem como possíveis comunicações referentes à esta licitação deverão ser através do Fone ( ) \_\_\_\_ - \_\_\_\_ e E-mail: \_\_\_\_\_@\_\_\_\_\_.

Cidade, data.

\_\_\_\_\_  
Nome e assinatura do representante legal  
RG/CPF:



**(IMPRIMIR EM PAPEL TIMBRADO OU INSERIR CABEÇALHO COM CNPJ E ENDEREÇO)**

**ANEXO III**

**MODELO**

**DECLARAÇÃO UNIFICADA**

A proponente \_\_\_\_\_, por seu representante abaixo assinado, participante do **Pregão nº 0\_\_/2024**, instaurado por esta Prefeitura, declara expressamente:

1. Que se sujeita às condições estabelecidas no Edital e nos respectivos modelos, anexos e documentos, que acatará integralmente qualquer decisão que venha a ser tomada pelo licitador quanto à qualificação apenas das proponentes que hajam atendido às condições estabelecidas e demonstrem integral possibilidade de executar a obra e/ou serviços;
2. Que não se enquadra em nenhuma das vedações contidas no art. 14 da Lei Federal n.º 14.133/2021, em especial:
  - a) Não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
  - b) Nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, não foi condenado(a) judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.
3. Que não utiliza a mão de obra direta ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão de obra direta ou indireta de menores de 16 (dezesseis) anos, exceto na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, conforme determina o art. 7º, inc. XXXIII da Constituição Federal;
4. Que atesta o atendimento à política pública ambiental de licitação sustentável, em especial que se responsabiliza integralmente com a logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo no limite da proporção que fornecerem ao poder público, assumindo a responsabilidade pela destinação final, ambientalmente adequada (se este for o caso das atividades desenvolvidas pela empresa);
5. Que para fins do disposto no inciso IV do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente.

Cidade, data.

\_\_\_\_\_  
Nome e assinatura do representante legal  
RG/CPF:



**(IMPRIMIR EM PAPEL TIMBRADO OU INSERIR CABEÇALHO COM CNPJ E ENDEREÇO)**

**ANEXO IV**

**DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL,  
MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

A proponente \_\_\_\_\_, por seu representante abaixo assinado, participante do Pregão nº \_\_/2024, instaurado por esta Prefeitura, **declara**, para todos os fins, que:

**a) está enquadrada como microempreendedor individual (MEI), microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP)**, conforme definição insculpida no Capítulo II da Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, podendo, portanto, usufruir de tratamento diferenciado e favorecido em licitações, conforme Capítulo V “Do Acesso aos Mercados”, da Lei acima citada, na forma prevista no Edital.

**b) o valor da receita bruta anual da empresa, no último exercício, não excedeu o limite fixado nos incisos I e II do Art. 3º da Lei Complementar 123/2006 e suas alterações.**

Por ser expressão da verdade, firmo a presente.

Cidade, data.

\_\_\_\_\_  
Nome e assinatura do representante legal  
RG/CPF:



**ANEXO V**

**MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

O **MUNICÍPIO DE NOVA AURORA**, inscrito no CNPJ nº. 76.208.859/0001-52, com sede administrativa situada na Rua São João, 354 – Nova Aurora – PR, neste ato representado por seu Prefeito Sr. **JOSÉ APARECIDO DE PAULA E SOUZA**, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 407.661.019-91, residente e domiciliado na Rua Matinhos, nº 55, neste município, Estado do Paraná, doravante designado **MUNICÍPIO**, de acordo com a Lei Federal 14.133/2021, Lei Complementar 123/2006 e Lei Complementar 147/2014, Lei Municipal 2.189/2023, Decretos Municipais 99/2023, 110/2023, 505/2023, 81/2024 e 90/2024, além de demais legislações aplicáveis e condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, e em face do resultado do **Pregão nº 0 /2024**, adjudicado e homologado pela autoridade competente e publicada no Diário Oficial do Município em **de de 2024**, **RESOLVE**, registrar os preços dos produtos e serviços descritos abaixo, oferecidos pela empresa abaixo relacionada, doravante denominada **DETENTORA**:

[RAZÃO SOCIAL], inscrita no CNPJ sob nº [00.000.000/0000-00], estabelecida à [ENDEREÇO DA DETENTORA], nº [000], [BAIRRO], na cidade de [CIDADE], Estado: [UF], CEP [00.000-00], representada neste ato por seu representante legal, Sr(a). [REPRESENTANTE LEGAL], [NACIONALIDADE], [ESTADO CIVIL], [PROFISSÃO], inscrito(a) no CPF nº [000.000.000-00] e portador(a) do RG nº [0.000.000-0]/[SSP-XX], residente e domiciliado(a) na [ENDEREÇO], nº [000], [BAIRRO], na cidade de: [CIDADE], Estado: [UF].

**1. DO OBJETO E SEU DETALHAMENTO**

1.1. Registro de preços para futuras e eventuais aquisições dos gêneros alimentícios, para manutenção da merenda escolar das Escolas e CMEIS Municipais, pelo período estimado de 12 (doze) meses.

1.2. A execução do objeto desta Ata de Registro de Preços se dará sob a seguinte especificação, quantidade, valores unitários e totais:

Item	Qtd.	Und.	Descrição dos produtos	Marca	V.Unit.	V.Total
1						
....						
					<b>TOTAL</b>	

**2. DOS PREÇOS**

2.1. O valor global registrado é de: R\$ XX.XXX,XX.

2.2. No valor previsto estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto.

**3. DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES**

3.1. Integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições expressas no Edital de **Pregão nº 0 /2024**, juntamente com seus anexos e a proposta da DETENTORA.

**4. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**

4.1. A Ata de Registro de Preços terá vigência de **12 (doze) meses**, contados da data de publicação do extrato no Diário Oficial Municipal, podendo ser prorrogada por igual período, conforme Lei 14.133/21 e Decreto Municipal 505/2023, desde que comprovado o preço vantajoso.

**5. DO LOCAL, HORÁRIO E PRAZOS PARA ENTREGA/EXECUÇÃO**

5.1. Constatada a necessidade dos produtos, o Departamento de Compras, procederá a emissão da Solicitação de Fornecimento (SF), observando-se as condições estabelecidas no edital e seus anexos, na





legislação vigente, e na proposta da Contratada, relacionando-se o objeto pretendido e sua quantidade (conforme demanda do órgão), bem como os respectivos preços contratados. O prazo para entrega será de **5 (cinco) dias úteis**, contados a partir do envio da SF:

- 5.1.1.** Os pedidos serão, sempre que possíveis, realizados em periodicidade SEMANAL, portanto, as empresas que possuam interesse em participar da licitação, devem ter ciência de tal periodicidade e da necessidade do cumprimento do prazo de entrega em sua totalidade;
- 5.1.2.** Cabe frisar que os prazos de entrega são passíveis de prorrogação, **desde que formalizada solicitação onde devem ser comprovados** eventuais atrasos ocasionados por motivo de caso fortuito ou força maior, ou mesmo por fato imprevisível, desde que o pedido seja efetuado pela interessada tempestivamente e devidamente justificado.

**5.2.** Os produtos deverão ser entregues nos endereços discriminados na Solicitação de Fornecimento, podendo ser:

Local	Endereço	Horário de atendimento
Escola Municipal Fernando Esser – Educação Infantil e Ensino Fundamental	Rua Brasil, nº 318, centro, CEP: 85410-000, Nova Aurora-PR.	08 às 11:30 e 13 às 17h.
Escola Municipal Eugênio Mezzon – Educação Infantil, Ensino Fundamental	Rua Melissa, nº 303, centro, CEP: 85410-000, Nova Aurora-PR.	08 às 11:30 e 13 às 17h.
Escola Municipal Santos Dumont – Educação Infantil e Ensino Fundamental	Rua Pará, nº 813, centro, CEP: 85410-000, Nova Aurora-PR.	08 às 11:30 e 13 às 17h.
Pré Escola Municipal Pequeno Cidadão – Educação Infantil	Rua Manaus, nº 1000 – Conj. Vereador Altamiro Matias do Amaral, CEP: 85410-000, Nova Aurora-PR.	08 às 11:30 e 13 às 17h.
Escola Municipal Custódia Colbacho Tragueta – Educação Infantil e Ensino Fundamental	Avenida João Goulart, nº 40, Distrito de Palminópolis-PR.	08 às 11:30 e 13 às 17h.
Escola Municipal José Henrique da Silva – Educação Infantil e Ensino Fundamental	Rua Londrina, s/nº – Distrito de Marajó-PR.	08 às 11:30 e 13 às 17h.
Centro Municipal de Educação Infantil Criança Feliz – Nova Aurora	Rua São Jorge, nº 57, centro, CEP: 85410-000, Nova Aurora-PR.	08 às 11:30 e 13 às 17h.
Centro Municipal de Educação Infantil Domingos Ribeiro Dias	Avenida JK, s/nº - Distrito de Palminópolis-PR.	08 às 11:30 e 13 às 17h.
Centro Municipal de Educação Infantil Padre Palmiro Finato	Avenida Paraná, s/nº - Vila São Roque, CEP: 85410-000, Nova Aurora-PR.	08 às 11:30 e 13 às 17h.
Apae – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Nova Aurora	Avenida Gonçalves Dias, nº 354, centro, CEP: 85410-000, Nova Aurora-PR.	08 às 11:30 e 13 às 17h.

**5.3.** Juntamente com a entrega dos produtos, a contratada deverá entregar a Nota Fiscal para pagamento, a qual deverá ser emitida de acordo com as informações contidas na SF (quantidade, valor unitário, valor total). Além disso, a Nota Fiscal deverá ser compatível com os produtos, não podendo ser fracionada em relação a quantidade ou produto solicitado via SF.

**5.4.** O não cumprimento do disposto nos itens anteriores do presente termo acarretará na aplicação das penalidades previstas no edital (notificação extrajudicial, processo administrativo, entre outros) e a consequente convocação do fornecedor subsequente considerando a ordem de classificação do certame.

**5.5.** A Solicitação de Fornecimento será enviada pelo Departamento de Compras através de e-mail, àquele informado na proposta da vencedora, e a data deste envio será a referência para o prazo estipulado no item do presente termo. Para tanto, os fornecedores deverão manter as informações de seu cadastro atualizadas



junto ao Departamento de Compras do Município, e a confirmação de seu recebimento deverá ser manifestada dentro de 24 horas. A alegação do não recebimento da Autorização de Fornecimento não será aceita como justificativa para a recusa da entrega do material.

**5.6.** O e-mail cadastrado e informado pela fornecedora será considerado como meio formal de comunicação, inclusive para fins de NOTIFICAÇÃO PRÉVIA em caso de inadimplemento contratual, sendo que a mera comprovação do envio do mesmo por parte do Município, será suficiente para a demonstração da mora da fornecedora, se constituindo em instrumento hábil à deflagração de procedimento administrativo destinado à aplicação das penalidades previstas em lei, no edital e no instrumento contratual.

**5.7.** A administração rejeitará, no todo ou em parte, o fornecimento executado em desacordo com os termos do Edital e seus anexos.

## **6. DO RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO**

**6.1.** Os itens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

**6.2.** O município reserva-se o direito de não receber o objeto fornecido que não estiver em conformidade com as exigências apresentadas no Edital, Termo de Referência e instrumento contratual.

**6.3.** Os itens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 1 dia corrido, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

**6.4.** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

**6.5.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato/ata.

## **7. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**7.1.** A gestão do fornecimento caberá a servidora Gevaine Debora Brustolin Lima, Secretária de Educação e Cultura, que deverá coordenar as atividades relacionadas a fiscalização, bem como aos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção dos contratos, dentre outros.

**7.2.** A fiscalização da Ata de Registro de Preços caberá ao(s) servidor(es) servidoras Héli da Patrícia Dadalto do Nascimento Grigio e Angélica dos Santos Perbelin, ambas atuantes como nutricionistas da Secretaria Municipal de Educação, que deverá realizar o acompanhamento do contrato com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e avaliar se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação ou execução do objeto estão compatíveis com os indicadores estipulados no edital, para efeito de pagamento conforme o resultado pretendido pela Administração e o monitoramento dos aspectos administrativos exclusivamente dos contratos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como quanto às providências tempestivas nos casos de inadimplemento.

**7.3.** A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da empresa pelos danos causados ao município ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos, conforme art. 120 da Lei 14.133/21.

**7.4.** O(s) fiscal(is) do instrumento contratual anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do fornecimento, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos ao gestor do contrato/ata de registro de preços para ciência e



posterior encaminhamento para autoridade competente para as providências cabíveis.

**7.5.** As comunicações, notificações, interpelações ou esclarecimentos relativos à fiscalização ou execução do contrato poderão se dar por intermédio do e-mail informado pela licitante na proposta, cabendo à vencedora manter o cadastro atualizado para tal finalidade, salientando ainda que os prazos serão considerados pela administração à partir da data do envio da mensagem independente de recibo ou confirmação de leitura.

**7.6.** Compete ao gestor e ao(s) fiscal(is) do contrato/ata de registro de preços conhecer as normas, as regulamentações e os padrões estabelecidos pela Secretaria de Administração Geral, Órgão de Controle Interno e demais legislações correlatas, quanto às suas atribuições e responsabilidades.

## **8. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR**

**8.1.** Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à: quantidade, marca, fabricante, valores, isenções, entre outros, conforme o caso.

**8.2.** Realizar a entrega do objeto utilizando-se de transporte, ferramentas, materiais e mão de obra próprios e/ou às suas custas, salvo quando a especificação do objeto explicitamente constar de forma diferente.

**8.3.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

**8.4.** O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, às suas expensas, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, o produto com avarias ou defeitos ou com prazo de validade diversa ao exigido no presente Termo.

**8.5.** Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação.

**8.6.** Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

**8.7.** Manter, durante toda a vigência do Contrato/Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**8.8.** Manter, durante toda a vigência do Contrato/Ata de Registro de Preços, seus dados atualizados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme legislação vigente.

**8.9.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

**8.10.** Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de ata de registro de preços.

**8.11.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

**8.12.** Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do fornecimento.

**8.13.** A empresa fornecedora de itens onde esteja atrelada a necessidade de prática de logística reversa, deverá realizá-la através do recolhimento e correta destinação de tais produtos, de acordo com as práticas e políticas de sustentabilidade ambiental previstas em lei e normativas pertinentes.

## **9. DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO**

**9.1.** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste edital e seus anexos, disponibilizando local, data e horário.

**9.2.** Acompanhar o fornecimento, podendo recusá-lo caso não esteja de acordo com as normas e exigências presentes no Edital e no Termo de Referência.

**9.3.** Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do fornecimento para com as





especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;

**9.4.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

**9.5.** Promover, através do fiscal indicado, o acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à fornecedora e à Administração, as ocorrências que exijam, a seu ver, medidas corretivas por parte daquela.

**9.6.** Comunicar a Contratada, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção.

**9.7.** Efetuar o pagamento a Contratada, no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste edital e seus anexos

**9.8.** Efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pelo Contratado, no que couber

**9.9.** Ressarcir a Contratada, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização.

**9.10.** Adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência.

**9.11.** Emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato.

**9.12.** Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada.

## **10. DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

**10.1.** As boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios e menor poluição se pautam em alguns pressupostos e exigências, que deverão ser observados pela Contratada, que deverá fazer uso racional do consumo de energia e água, sempre que possível, adotando medidas para evitar o desperdício, além das seguintes medidas, conforme o caso aplicável:

- a) Colaborar com as medidas de redução de consumo e uso racional da água,
- b) Dar preferência à aquisição e uso de equipamentos e complementos que promovam a redução do consumo de água e que apresentem eficiência energética e redução de consumo.
- c) Repassar a seus empregados todas as orientações referentes à redução do consumo de energia e Água;
- d) Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução dos serviços, quando for o caso;
- e) Proporcionar treinamento periódico aos empregados sobre práticas de sustentabilidade, em especial sobre redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e destinação de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;
- f) Proibir quaisquer atos de preconceito de raça, cor, sexo, crenças religiosas, orientação sexual ou estado civil na seleção de colaboradores no quadro da empresa;
- g) Conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços, como exige a Lei nº 9.985/00;
- h) Destinar de forma ambientalmente adequada todos os materiais e/ou insumos que forem utilizados pela empresa na prestação dos serviços, inclusive os potencialmente poluidores, tais como, pilhas, baterias, lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis, pneumáticos inservíveis, produtos e componentes eletroeletrônicos que estejam em desuso e sujeitos à disposição final, considerados lixo tecnológico;
- i) Priorizar a aquisição de bens que sejam constituídos por material renovável, reciclado, atóxico ou biodegradável;





- j) Colaborar para a não geração de resíduos e, secundariamente, a redução, a reutilização, a reciclagem, o tratamento dos resíduos sólidos e a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

## **11. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

**11.1.** O pagamento será efetuado no prazo de até 30 dias corridos, contados do recebimento da Nota Fiscal pelo Fiscal do Contrato/Ata de Registro de Preços. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

**11.2.** A NF deverá ser emitida obrigatoriamente com o número de CNPJ e demais dados da empresa participante, conforme documentação apresentada, bem como deve conter o nº da licitação, nº do contrato/ata de registro de preços e nº da Solicitação de Fornecimento.

**11.3.** O faturamento deverá ser realizado em nome do MUNICÍPIO DE NOVA AURORA, CNPJ nº 76.208.859/0001-52, Rua São João, nº 354, CEP 85.410-000, Nova Aurora, Paraná.

**11.4.** Para fins de liquidação, o setor competente verificará se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato/ata de registro de preços e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventuais descontos de valores referentes a retenções tributárias aplicáveis.

**11.5.** Para liberação do pagamento à empresa, as notas fiscais deverão ser entregues/enviadas acompanhadas de:

- a) prova de regularidade com a **Fazenda Federal**, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- b) prova de regularidade para com o **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)**;
- c) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

**11.6.** A não apresentação dos documentos exigidos no subitem anterior, implicará, na suspensão do pagamento das faturas até a satisfação total das exigências.

**11.7.** Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

**11.8.** No caso de atraso no pagamento pelo Contratante, os valores devidos ao contratado deverão ser acrescidos de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

- $I = (TX / 100) / 365$
- $EM = I \times N \times VP$ , onde:
- I = Índice de atualização financeira;
- TX = Taxa de juros de mora anual;
- EM = Encargos moratórios;
- N = Nº de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;
- VP = Valor da parcela em atraso.

**11.9.** Os pagamentos serão realizados via depósito em conta corrente sob os seguintes dados bancários:

**BANCO:** \_\_\_\_\_; **AG.:** \_\_\_\_\_, **C/C:** \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_.

**11.10.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.



- 11.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 11.12. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 11.13. A empresa regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 11.14. A detentora fica obrigada a constar no corpo ou rodapé quando das emissões das notas fiscais, informação relativo ao regime tributário de enquadramento ao simples nacional, se for o caso, caso não seja optante ao regime, estas deverão vir indicadas de percentual de alíquota e o valor de retenção do Imposto de Renda (IR), para que essa municipalidade possa proceder com a retenção obrigatória de competência municipal do Imposto de Renda na fonte, com base na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, observando as disposições do Decreto Municipal nº 376/2023, disponível em:  
[https://www.controlemunicipal.com.br/inga/sistema/arquivos/111/280823141925\\_decreto3762023\\_pdf.pdf](https://www.controlemunicipal.com.br/inga/sistema/arquivos/111/280823141925_decreto3762023_pdf.pdf).

## **12. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

- 12.1. As despesas provenientes deste processo correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão	Unidade	Funcional	Natureza da despesa	Código da despesa	Fonte
06	009	12.306.0010.2.271	3.3.90.32.00.00.00.00	395	000
06	009	12.306.0010.2.272	3.3.90.32.00.00.00.00	396	000
06	009	12.306.0010.2.273	3.3.90.32.00.00.00.00	397	000
06	009	12.306.0010.2.274	3.3.90.32.00.00.00.00	398	000

## **13. DO REAJUSTE DOS PREÇOS**

- 13.1. Os preços inicialmente contratados/registrados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 12/03/2024.
- 13.2. O preço registrado poderá ser atualizado, a pedido do FORNECEDOR, a cada 12 (doze) meses, contados da data do orçamento estimado da licitação, adotando-se, para tanto, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA) como índice de reajustamento de preço.
- 13.3. O reajuste será concedido mediante apostilamento, conforme o art. 136 da Lei n.º 14.133/21.
- 13.4. Não serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura.

## **14. DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DOS PREÇOS**

- 14.1. A revisão dos preços dependerá da efetiva comprovação do desequilíbrio, das necessidades justificadas, dos pareceres dos setores técnico e jurídico e da aprovação da autoridade competente, seguindo as normativas do Decreto Municipal 090/2024.
- 14.2. Caso no decorrer da vigência do Contrato/Ata de Registro de Preços haja supressão ou aumento de preços será permitido o reequilíbrio econômico-financeiro.
- 14.3. O pedido de reequilíbrio econômico-financeiro será realizado preferencialmente através do protocolo geral do município ou pelo e-mail [administracao@novaaurora.pr.gov.br](mailto:administracao@novaaurora.pr.gov.br) e deverá ser instruído com:
- Número do Contrato ou da Ata de Registro de Preços a que se refere;
  - Item(s) e/ou Lote(s) para o (s) qual(is) é solicitado reequilíbrio de preços;
  - Justificativa e fatos do desequilíbrio;
  - Percentual (%) solicitado no reequilíbrio do preço por item e/ou lote;
  - Documentos que comprovem o preço praticado quando da formulação da proposta, da assinatura do contrato/ata ou da emissão da primeira Nota de Empenho/Ordem de Fornecimento, e também o preço praticado quando do protocolo do requerimento de reequilíbrio.
- 14.4. Quanto aos documentos citados na alínea e), deve-se dar preferência às notas fiscais de compra dos produtos ou das matérias-primas emitidos para a própria empresa, ou, na impossibilidade de apresentação,



poderão ser usados orçamentos, documentos contábeis, planilhas de custos, contratos ou documentos firmados com seus fornecedores, notas fiscais de outras empresas do mesmo ramo, dentre outros documentos hábeis a comprovar o desequilíbrio.

**14.5.** O pedido de reequilíbrio pela requerente não a desobriga ou autoriza a suspender a regular execução do contrato ou ata de registro de preços, razão pela qual eventual atraso na execução sujeitará a empresa às penalidades cabíveis.

**14.6.** Quando o pedido de reequilíbrio referir-se a item individual que compõe o custo global do produto ou serviço, deverá ser apresentada planilha detalhada ou equivalente, contendo o custo de cada item constante da proposta inicial em confronto com a nova planilha atualizada, a fim de comprovar a elevação dos encargos do particular proporcionalmente à majoração do insumo requerido.

**14.7.** Eventual concessão do reequilíbrio somente produzirá efeitos sobre o saldo contratual, contados da data do requerimento.

**14.8.** Os prazos para análise e decisão acerca do reequilíbrio econômico financeiro constam non Decreto Municipal 090/2024.

## **15. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS**

**15.1.** O registro do fornecedor será cancelado pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, quando o fornecedor:

- a)** descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;
- b)** não retirar a nota de empenho, contrato ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- c)** não comprovar a existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, quando o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável;
- d)** sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

**15.2.** O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- a)** por razão de interesse público;
- b)** a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- c)** se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no § 3º do art. 24 e no § 4º do art. 25 do Decreto Municipal nº 505/2023.

**15.3.** De acordo com as razões causadoras do cancelamento dos preços, o contratado será responsabilizado administrativamente, aplicando-se as possíveis sanções previstas no art. 155 da Lei 14.133/2021.

**15.4.** O cancelamento do registro, assegurado o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Mun. de Nova Aurora e publicado no Diário Oficial do Município.

## **16. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR OUTROS ÓRGÃOS E ENTIDADES**

**16.1.** É vedada a utilização desta Ata de Registro de Preços por outros órgãos, sendo para utilização exclusiva do órgão gerenciador.

## **17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**17.1.** O fornecedor poderá ser penalizado com:

- a)** Advertência;
- b)** Multa;
- c)** Suspensão temporária de licitar e contratar com o município de Nova Aurora.

**17.2.** A sanção será aplicada mediante a natureza, a gravidade e a reprovabilidade da infração cometida, assim, a Administração considerará:



- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**17.3.** A advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei 14.133/21, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

**17.4.** A multa não será inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/21.

**17.4.1.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente;

**17.4.2.** Na aplicação de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

**17.5.** É cabível a aplicação de multa cumulativamente com todas as outras sanções dispostas nos incisos do artigo 156 da Lei 14.133/21.

**17.6.** Multa de mora diária de até 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto na Lei 14.133/21.

**17.7.** O impedimento de licitar e contratar será aplicado ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei 14.133/21, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

**17.8.** A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/21, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do art. 156, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

**17.9.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

**17.9.1.** Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação;

**17.9.2.** Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

**17.10.** A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

- a) interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o caput do art. 158 da Lei 14.133/21;
- b) suspensão pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 2013;
- c) suspensão por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

**17.11.** Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei 14.133/21.

**17.12.** As sanções administrativas serão aplicadas em procedimento administrativo autônomo, garantindo-se o contraditório ao FORNECEDOR.





**17.13.** A aplicação das sanções não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

## **18. DA ANTICORRUPÇÃO**

**18.1.** As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992, alterada pela Lei nº 14.230/2021), a Lei nº 12.846/2013 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução do fornecimento, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto desta licitação, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

## **19. DA PUBLICIDADE**

**19.1.** O Extrato da presente Ata de Registro de Preços será publicado na imprensa Oficial do Município pelo MUNICÍPIO, em cumprimento ao disposto no art. 89, da Lei nº 14.133/21.

## **20. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**20.1.** A **DETENTORA** deverá manter, enquanto vigorar o Registro de Preços e em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação modalidade **Pregão nº 0 /2024**.

**20.2.** Fica eleito o foro da comarca de Nova Aurora/PR para dirimir eventuais dúvidas e/ou conflitos originados pela presente Ata.

**20.3.** Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 14.133/21 e alterações posteriores, além de demais normas aplicáveis.

Assim ajustadas, firmam as partes o presente instrumento, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas, para todos os fins de direito.

Nova Aurora, Paraná, **XX de XXXXXX de 2024**.

\_\_\_\_\_  
[NOME DO CHEFE DO EXECUTIVO MUN.]  
PREFEITO MUNICIPAL  
MUNICÍPIO

\_\_\_\_\_  
[NOME DO REPRESENTANTE LEGAL]  
[RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA]  
DETENTORA

**TESTEMUNHAS:**